AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 40 | Nº 12 | DEZEMBRO 2020 | R$ 15,00

PRODUÇÃO DE ALGODÃO É PARA GENTE GRANDE



FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

LEITE AINDA UM MAU NEGÓCIO PARA A PRODUÇÃO DE BAIXA TECNOLOGIA

EXPORTAÇÕES ACORDO ENTRE PAÍSES DA ÁSIA E DA OCEANIA NÃO IMPACTA O BRASIL NO CURTO PRAZO

CAFÉ BALANÇO POSITIVO EM 2020



Compromisso com a Profissionalização da Gestão das Cooperativas

Com o distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19, empresas foram obrigadas a repensar seus produtos, serviços e até mesmo sua forma de atuação, tudo para continuar atendendo seus clientes e parceiros com qualidade e eficiência.

Com o Sescoop/SP não foi diferente e, desde setembro, as cooperativas do Estado de São Paulo têm a sua disposição atividades de capacitação no formato síncrono, com aulas on-line ao vivo que permitem a interação imediata entre alunos e instrutores.

São mais de 400 títulos oferecidos nessa modalidade, que garantem às cooperativas paulistas acesso a ações de desenvolvimento humano dos mais diferentes temas, mesmo durante o período de distanciamento social.

Foi a forma que o Sescoop/SP encontrou para continuar atendendo as cooperativas, investindo cada vez mais na profissionalização da gestão de seus negócios.

QUER SABER MAIS?

Entre em contato com o Sescoop/SP pelo e-mail ***atendimento@sescoopsp.coop.br*** *ou ligue para* ***(11) 3146-6200*** *e converse com nosso Departamento de Desenvolvimento Cooperativo.*

SESCOOP/SP

somos coop

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles (Licenciado), Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Jorge Irribarra (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Carlos Eduardo de Freitas, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Isaac Sidney Menezes Ferreira (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt , Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Solange Srour (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Ricardo Gattass, Rui Barreto

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Luiz Carlos Duque
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Teresa Cristina Vendramini, Marcello Brito, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

A **AGROANALYSIS** É UM DOS MAIS **IMPORTANTES VEÍCULOS** FORMADORES DE OPINIÃO NO **SETOR DO AGRONEGÓCIO**.

SÃO MAIS DE 40 ANOS NO MERCADO GARANTINDO A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO QUE CHEGA ATÉ VOCÊ!



www.agroanalysis.com.br
contato@agroanalysis.com.br

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

NOVOS PASSOS PARA SUPERAR A PANDEMIA

TALVEZ, A maior novidade recente seja a vitória de Joe Biden nas eleições norte-americanas. Com a sua postura moderada e equilibrada, as questões comerciais e ambientais voltarão a ser conduzidas com a devida seriedade. Deverá haver, também, uma redução da hostilidade com a China, hoje o maior parceiro comercial do agro brasileiro. Nesse sentido, o recente acordo comercial Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP), que busca facilitar a comercialização de bens e serviços entre países da Ásia e da Oceania – entre eles, China, Japão, Coreia do Sul e Austrália –, não deverá interferir nas exportações brasileiras, pelo menos no curto prazo.

A RCEP foi assinada em 15 de novembro último, após oito anos do início das negociações. Ela é considerada o maior acordo comercial do mundo por contar com países que, conjuntamente, representam quase um terço da população mundial e 29% do Produto Interno Bruto (PIB) do Planeta. Esse acordo terá um tempo para entrar em vigor, e vários dos seus países-membros já tinham parcerias comerciais estabelecidas. Mas o simbolismo da RCEP é forte, evidenciando a importância de formar áreas de livre-comércio para aumentar e diversificar as exportações.

Com relação à macroeconomia, observamos a valorização do real e alguma ameaça de repique inflacionário. Em função das confusões políticas, o dólar deverá ficar um pouco acima de R$ 5,00, tendo o seu valor reduzido em 2021 caso o governo sinalize firmemente para as reformas estruturais e para uma contenção do déficit fiscal. Já a inflação está muito concentrada nos alimentos e em alguns insumos. A forte recessão e as importações não irão permitir uma inflação malcomportada.

Continua sendo muito importante a atenção do produtor no gerenciamento das compras e das vendas em função do dólar e, também, da falta de alguns insumos. Com alguns setores retomando rapidamente suas atividades e com muitas fábricas que paralisaram sua produção na pandemia, há uma falta de certas matérias-primas. Além disso, continuamos alertando para os empréstimos bancários, pois os juros reais estão elevados. Não são todos os produtores que serão capazes de pagar suas prestações.

Olhando para a produção agroindustrial, apesar do bom desempenho que vem apresentando neste segundo semestre, o setor, infelizmente, não deverá registrar um crescimento do seu volume de produção em 2020 em comparação a 2019. A notícia boa é que a queda na produção não será tão grande quanto esperado nas avaliações realizadas nos meses iniciais da pandemia. O resultado final dependerá do desempenho que o segmento de produtos não alimentícios registrará nos últimos meses do ano (o número mais recente disponível é de setembro), uma vez que o segmento de produtos alimentícios e bebidas já opera em campo positivo no acumulado do ano. Essa análise é do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), que já revisou para cima as suas projeções para a agroindústria.

No campo, a cadeira produtiva nacional de algodão tem apresentado um excelente desempenho neste século. Na safra 2018/19, o Brasil assumiu a posição de segundo maior exportador mundial. Ao mesmo tempo, somos os maiores fornecedores de algodão certificado do mundo, respondendo, atualmente, por 36% de todo o volume licenciado pela Better Cotton Initiative (BCI) comercializado globo afora. O diretor executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão, Marcio Portocarrero, conta como se deu essa evolução na seção Abre Aspas.

Na produção da pecuária de leite, por conta dos efeitos econômicos da pandemia de COVID-19 em 2020 (entre eles, o pagamento do auxílio emergencial), o produtor deparou-se com um cenário de preços elevados, com valores médios do leite maiores do que os do ano anterior. Mesmo com custos de produção também mais altos, a rentabilidade média da pecuária leiteira de alta tecnologia subiu para 1,99% neste ano, enquanto a rentabilidade dos sistemas

de baixa tecnologia foi, mais uma vez, negativa: -6,14%.

Na reunião de novembro do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/Fiesp), discutiram-se dois temas da mais alta relevância. O primeiro abordou as propostas de reforma tributária e a importância desta para o agro. O segundo tema voltou-se à sustentabilidade na União Europeia (UE) e aos seus efeitos no agronegócio brasileiro. Os ambientalistas ganham poder no Parlamento Europeu (PE), com força política para introduzir medidas ambientais austeras na sua Política Agrícola Comum (PAC).

Por fim, trazemos, pela 15ª edição, o Caderno Especial focado na cadeia produtiva de café, que tem uma larga tradição na história econômica nacional. O setor vinha de uma conjuntura muito difícil, devido à baixa rentabilidade apresentada pela safra 2019. Com exportações recordes, os estoques internos baixaram e, desde o final do último trimestre, as cotações se firmaram. Por sua vez, a desvalorização do real frente ao dólar deu força para as cotações internas. Para 2021, na opinião dos especialistas neste momento, o ambiente de negócios será positivo devido à expectativa de retomada geral da economia. A preocupação é quanto aos efeitos da seca enfrentada por importantes regiões cafeeiras, considerada a pior dos últimos vinte anos.

A ***Agroanalysis*** agradece a atenção dos seus leitores, colaboradores e patrocinadores ao longo de 2020 e deseja a todos um próspero 2021, nas versões digital e impressa.

Juntem-se aos nossos seguidores no YouTube, no Instragram, no Facebook, no LinkedIn e no Twitter. ■



ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS



@fgvagro
/fgvagro
@fgvagroanalysis
FGV Agro
/fgvagro

www.agroanalysis.com.br contato@agroanalysis.com.br

SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 **ENTREVISTA**
MARCIO PORTOCARRERO
VALORIZAMOS A MATÉRIA-PRIMA, A INDÚSTRIA E A MODA DO PAÍS

11 **FRASES & COMENTÁRIOS**

12 **MACROECONOMIA**
CENÁRIO PARA 2021

13 **AGRODROPS**

16 MERCADO & NEGÓCIOS

16 AGROINDÚSTRIA QUASE ELIMINANDO AS PERDAS DO ANO

18 CAPA RCEP: O QUE É E QUAIS SÃO AS CONSEQUÊNCIAS PARA O AGRO BRASILEIRO?

20 CAPA PEQUENA MELHORA NA RENTABILIDADE DO LEITE EM 2020

22 CAPA BRASIL CONSOLIDA-SE COMO FORNECEDOR DE ALGODÃO COM ESCALA E CONSTÂNCIA

24 MERCADO DE AÇÚCAR AQUECIDO E DISPARADA NO PREÇO DOS FRETES

34


CAPA **COOXUPÉ**
COOXUPÉ REGISTRA UM AUMENTO NA QUALIDADE DO CAFÉ DA SAFRA 2020

36


CAPA **CNC**
ESPECIAL CADEIA PRODUTIVA DE CAFÉ

42


REUNIÃO DO COSAG
TEMAS DE PRIORIDADE PARA O AGRO

26 **VITTIA**
CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM PROL DA PRODUTIVIDADE E DA SUSTENTABILIDADE

30 **BAYER**
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM PROL DA AGRICULTURA

33 **ITR**
NÃO INCIDÊNCIA DE IMPOSTO SOBRE AS ÁREAS DE RESERVA LEGAL

48 **FAESP**
NORMA REGULAMENTADORA Nº 31

49 **CROPLIFE**
OTIMISTA POR NATUREZA

50 **DIÁRIO DE BORDO**
OS "DIVERSOS" TRÊS CS

51 **PRODUZIR**
O LUCRO DO BOI É O PASSAPORTE PARA A PRESERVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO

52 **OPINIÃO**
UM PRÓSPERO 2021 PARA O AGRO

53 **REFLEXÃO**
NOVOS TEMPOS, MUITOS APRENDIZADOS

54 **PIMAGRO**

VALORIZAMOS A MATÉRIA-PRIMA, A INDÚSTRIA E A MODA DO PAÍS

MARCIO PORTOCARRERO
Diretor executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa)
Da Redação

ATÉ AGORA, a cadeira produtiva de algodão tem apresentado um excelente desempenho neste século. Na safra 2018/19, a lavoura assumiu a posição de segunda maior exportadora mundial. Com o processo de rastreabilidade instalado e aparelhado de instrumentos modernos, certificadoras de credibilidade nacional e internacional atestam a qualidade da fibra produzida no Brasil. Com experiência nos cargos de secretário da então Secretaria de Meio Ambiente, Cultura e Turismo de Mato Grosso do Sul e secretário da então Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDC/MAPA), o engenheiro-agrônomo Marcio Portocarrero, diretor executivo da Abrapa, comenta as estratégias desenvolvidas pela entidade.


WENDERSON ARAUJO/TRILUX FOTOGRAFIAS

AGROANALYSIS: QUAL É A ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL E POLÍTICA DA ABRAPA?

MARCIO PORTOCARRERO: Congregamos dez associações estaduais, que representam 100% da exportação e 99% da área plantada e da produção nacionais de algodão. Buscamos as melhores condições para o negócio ser rentável, com ganhos a longo prazo. Temos alianças sólidas e duradouras com as entidades governamentais e não governamentais. Criada em 1999, a Abrapa deixou para trás uma história secular de fracassos, sucessos temporários e recomeços da cultura como atividade econômica. Inauguramos uma nova página na história e cravamos o Brasil no mapa mundial da fibra.

Cada filiada representa um estado produtor: Abapa (Bahia), ACOPAR (Paraná), AGOPA (Goiás), AMAPA (Maranhão), Amipa (Minas Gerais), AMPA (Mato Grosso), AMPASUL (Mato Grosso do Sul), APIPA (Piauí), APPA (São Paulo) e Apratins (Tocantins). Sob orientação da Abrapa, todas elas operam em sintonia. Os programas estaduais dão sustentação em nível nacional. As informações visam atender as demandas e as particularidades do produtor conforme as necessidades existentes. Em Brasília, defendemos seus interesses nas três esferas de poder.

COMO CHEGAMOS À POSIÇÃO DE SEGUNDO MAIOR EXPORTADOR MUNDIAL DE ALGODÃO?

MP: Quando foi criada a Abrapa, éramos um dos maiores importadores do produto. Na exportação, chegamos ao segundo posto na safra 2018/19. Temos muitas inciativas competitivas. O programa Standard Brazil HVI atesta a credibilidade para os resultados da análise de qualidade feita pelo equipamento High Volume Instrument (HVI). Já o programa Algodão Brasileiro Responsável (ABR) segue o modelo de certificação da Better Cotton Initiative (BCI), com critérios sociais, ambientais e econômicos nas fazendas produtoras. Todo produto exportado é rastreado a partir do programa Sistema Abrapa de Identificação (SAI).

O nosso padrão oferece uma fibra resistente, com cumprimento uniforme,

"TANTO A RASTREABILIDADE COMO A SUSTENTABILIDADE SÃO PRÉ-REQUISITOS PARA O INGRESSO NO MERCADO INTERNACIONAL."

em grande escala. Com o movimento Sou de Algodão, fomentamos o produto natural no dia a dia da população brasileira. Como estratégia internacional, trazemos os principais compradores do mundo para acompanhar *in loco* o processo produtivo, o beneficiamento e a análise de qualidade do nosso produto. Quando visitam os principais clientes da Ásia, os produtores buscam, ao mesmo tempo, ampliar mercados e se alinhar aos novos desafios comerciais.

A ESTRATÉGIA NA PRODUÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA DEPENDE DA RASTREABILIDADE?

MP: Tanto a rastreabilidade como a sustentabilidade são pré-requisitos para o ingresso no mercado internacional. Isso é válido para todas as culturas agrícolas. Iniciado em 2002, o programa SAI já contava com uma sequência numérica única para cada fardo de algodão produzido. Reconstruímos a trajetória do produto na cadeia produtiva. Os compradores acessam dados sobre a fazenda produtora, a usina responsável pelo beneficiamento e o laboratório de qualidade, enquanto as amostras apresentam as características intrínsecas mais relevantes para sua decisão de compra.

Na recepção e nas negociações com clientes internacionais e nacionais, temos a grande preocupação de mostrar que a fibra produzida seguiu critérios de responsabilidade social, ambiental e econômica exigidos pelo mercado. A rastreabilidade representa a garantia da sua origem. A partir da safra 2020/21, o maior desafio do setor consistirá em apresentar o registro do produto em cada etapa da cadeia produtiva, desde a fazenda até a etiqueta da roupa na loja. Estamos no começo de um programa-piloto para estabelecer a marca brasileira como referência do cumprimento da rastreabilidade completa.

AS CARACTERÍSTICAS INTRÍNSECAS DA MATÉRIA-PRIMA SÃO NOVIDADES NA INDÚSTRIA TÊXTIL?

MP: Com certeza, sim. Elas representam os principais indicadores para balizar a decisão de compra. São informações peculiares referentes à finura (*micronaire*), à resistência, ao comprimento, à uniformidade, entre outras. Cada indústria têxtil possui uma exigência para cada um desses fatores técnicos de acordo com a qualidade e a finalidade do tecido que prioriza. O fio difere se exigido para confecção de tapetes ou camisas sociais de primeira linha. Em função da nossa extensão geográfica, temos uma variabilidade de microclimas e materiais genéticos à disposição, com plenas condições de atender as indústrias têxteis nacional e internacional independentemente de *status* ou categoria.

HÁ UM DIFERENCIAL ENTRE AS CERTIFICAÇÕES DA BCI E DO ABR?

MP: Desde 2013, ambos atuam em *benchmarking*, quando seus protocolos se unificaram. Na composição da BCI, participam marcas varejistas internacionais expressivas, como Nike, adidas, Levi's, Ralph Lauren, H&M, entre outras. Presentes em mais de vinte países, elas são referência em sustentabilidade mundial. A diferença principal decorre das legislações ambiental e trabalhista. As exigências dos itens da ABR são superiores aos 25 itens da BCI, que são protocolo de padrão mundial. Caso o cotonicultor opte por ser também um licenciado BCI no momento da adesão ao programa ABR e seja aprovado pelas auditorias, receberá as duas certificações no final da safra.

DEPOIS DA QUEDA COM A PANDEMIA, HÁ UMA RETOMADA DAS ATIVIDADES NO SETOR TÊXTIL E DE VESTUÁRIO?

MP: A pandemia afetou a comercialização externa do algodão brasileiro em função do *lockdown* adotado em uma série de países. O varejo global perdeu força de venda, com acúmulo nos estoques de confecções, malharias, tecelagens e fiações. Os contratos de embarque tiveram de ser alongados, e as exportações da fibra tiveram queda. A partir de agosto, o volume dos embarques ficou acima do do mesmo período de 2019. Na Bolsa de Nova York, depois da queda de US¢ 70 para US¢ 48, a libra-peso retomou o patamar de US¢ 65 neste segundo semestre, valor ainda menor do que o do início da pandemia.

No mercado interno, com as medidas restritivas quanto à COVID-19 adotadas pelos governos, as vendas do varejo caíram e os estoques aumentaram. As perspectivas de compra da indústria nacional para a temporada 2020/21

"MUITO MAIS DO QUE BENS DE CONSUMO, O CIDADÃO DESEJA SABER OS PROPÓSITOS E AS CAUSAS DOS NEGÓCIOS."

“LEMBREMOS QUE HÁ UM PRAZO PARA O PRODUTO SAIR DO CAMPO, PASSAR PELA FIAÇÃO E PELA TECELAGEM, PARA, DEPOIS, VIRAR ROUPA.”

reduziram de 750 mil toneladas para 520 mil. O setor têxtil e de vestuário recuperou parte das vendas. A maior dificuldade está no armazenamento e no escoamento dos fardos. Colhemos 2,95 milhões de toneladas de pluma, o maior volume produzido registrado nos últimos anos, enquanto os embarques voltam à normalidade mês a mês.

A DESVALORIZAÇÃO DO REAL ESTIMULA AS EXPORTAÇÕES DAS *COMMODITIES* AGRÍCOLAS?

MP: Normalmente, os nossos cotonicultores também plantam soja e milho. A área cultivada depende da perspectiva de preço e das condições climáticas previstas. As cotações de soja e milho estão atrativas enquanto há previsão de alta influência da La Niña até o inverno de 2021. Esse fenômeno apresenta chuvas bem distribuídas no Centro-Norte do Brasil e precipitações mal distribuídas, com longos períodos de veranico, na região Centro-Sul. Até o momento, prevê-se uma queda na área plantada de algodão na safra 2020/21.

Enquanto *commodity*, o preço do algodão é definido no mercado internacional pela Bolsa de Nova York. Em setembro de 2018, vendemos a mesma quantidade de produção de agora, só que a um valor mais alto em reais, devido ao câmbio valorizado em dólar. No auge da pandemia do novo coronavírus, cerca de 80% das indústrias estavam fechadas. A partir do momento que a demanda voltou a crescer, não havia produto estocado. Lembremos que há um prazo para o produto sair do campo, passar pela fiação e pela tecelagem, para, depois, virar roupa. Como isso demanda tempo, faltou no mercado o bem “pronto”, e não a matéria-prima. Afinal, tivemos a maior colheita da história nacional com a fibra!

O PROJETO COTTON BRAZIL ESTÁ EM SINGAPURA PARA ATENDER O MERCADO ASIÁTICO?

MP: A Abrapa, a Associação Nacional dos Exportadoras de Algodão (ANEA) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) iniciaram uma parceria, a partir de dezembro de 2019, para a promoção comercial do algodão brasileiro na Ásia. A meta é tornar o Brasil o maior exportador mundial até 2030, sendo reconhecido por sua qualidade, sua sustentabilidade e seu padrão tecnológico. Neste segundo semestre, foi inaugurado o escritório, em Singapura, local escolhido pela proximidade com nove países-foco: China, Bangladesh, Vietnã, Turquia, Paquistão, Indonésia, Índia, Tailândia e Coreia do Sul. O aporte de recursos no primeiro ano está previsto em R$ 5,9 milhões.

A TOMADA DE CONSCIÊNCIA DO CONSUMIDOR NO PÓS-PANDEMIA CHEGARÁ AO MERCADO DE VESTUÁRIO?

MP: A pandemia trouxe um momento de reflexão para a sociedade em geral. Os conceitos passam por uma revisão geral. A visão da sustentabilidade deverá ser ainda mais valorizada pelos consumidores. Essa evolução passa pelo respeito às pessoas, por cuidados com o meio ambiente e pela atenção aos indicadores econômicos. Acreditamos nessa tendência. O protocolo ABR/BCI segue os parâmetros mais importantes das leis brasileiras, das convenções internacionais e das melhores práticas agrícolas. Aplicado em fazenda por fazenda, ano a ano, esse instrumento dará ao produtor força para ser mais sustentável e rentável a cada safra.

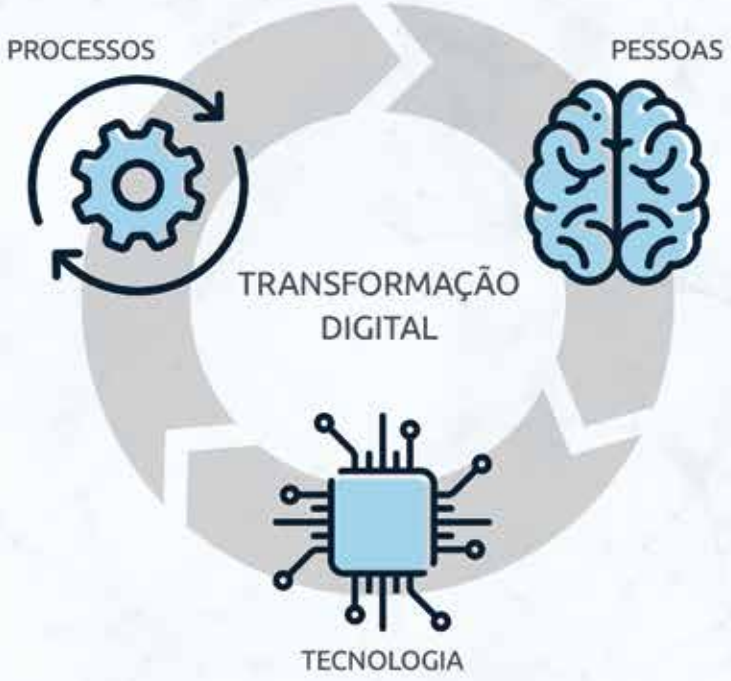
O MOVIMENTO SOU DE ALGODÃO VALORIZA A MATÉRIA-PRIMA, A INDÚSTRIA E A MODA DO PAÍS?

MP: A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), somada ao movimento Sou de Algodão, busca conscientizar o consumidor brasileiro. A produção nacional cumpre rigorosas leis trabalhistas e ambientais. Produzimos matéria-prima natural, biodegradável e com a participação de milhares de colaboradores desde o seu cultivo e beneficiamento até a ponta final da cadeia produtiva. Ganhamos cada vez mais visibilidade ao apresentar para o grande público essa fabricação de alta qualidade.

Na verdade, o sucesso da cotonicultura, em termos de sustentabilidade, permitiu ao País dar uma guinada. Em apenas vinte anos, saímos da posição de segundo maior importador para a de segundo maior exportador da fibra. Participamos dos principais eventos de moda e conversamos com os elos da cadeia têxtil e de confecções. Ganhamos cada vez mais adeptos. Contamos com mais de 370 marcas engajadas em todas as etapas do campo até o guarda-roupa. Muito mais do que bens de consumo, o cidadão deseja saber os propósitos e as causas dos negócios. E isso nós temos e estamos mostrando. ■

NESS
Processos e Tecnologia
DESDE 1991

PLANEJAMENTO. EXECUÇÃO. RESULTADOS COM SIMPLICIDADE.



Para transformar e suportar sua empresa você precisa de um parceiro de negócios capaz de trazer ideias **inovadoras** e **eficientes** todos os dias. Alguém que atue lado a lado com você para auxiliá-lo a atingir a excelência.

Com expertise em diversos modelos de negócios e talentos em **processos** e **tecnologia**, a NESS é esse parceiro.

SAIBA MAIS

www.ness.com.br

CONSULTORA LARA BOMFIM
lbomfim@ness.com.br
(11) 98700-5850

FRASES & COMENTÁRIOS



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL

Os produtores rurais necessitam adequar-se às exigências do mercado consumidor globalizado, como a implantação da rastreabilidade dos produtos.”

“Para haver um crescimento na cadeia de valor, disponibilizamos protocolos com orientações para os produtores rurais não ficarem para trás.”

TEREZA CRISTINA, ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

“O aumento da demanda de crédito rural, em especial nos investimentos, mesmo com a pandemia de COVID-19, deve-se à grande produção de grãos estimada para a safra 2020/21.”

“O desempenho favorável dos financiamentos para as atividades agropecuária, florestal e pesqueira resulta do empreendedorismo e da confiança do produtor em resposta aos estímulos oficiais e de mercado.”

WILSON VAZ DE ARAÚJO, diretor do Departamento de Financiamento e Informação da Secretaria de Política Agrícola (DFI/SPA/MAPA)

“A União Europeia é o sexto maior importador de carne de aves do Brasil. Em 2019, vendemos 260 mil toneladas de frango e arrecadamos US$ 700 milhões.”

“Produzimos frango com 50% menos emissões de carbono do que a Europa.”

LUIS RUA, gerente de Mercados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA)

“O agricultor brasileiro protege a natureza ao conservar 66,0% do território nacional como vegetação nativa, sendo 20,5% nos imóveis rurais.”

“Nos últimos quarenta anos, enquanto houve um crescimento na produção (390%) e na produtividade (200%), o aumento foi menor na área cultivada (60%). O efeito de poupar terra desse processo foi de 250 milhões de hectares.”

“A complexidade do mundo requer soluções integradas, de maneira sustentável, responsável e ética, que possibilitem a agricultura de baixo carbono e gerem benefícios ao meio ambiente.”

RENATO DO ARAGÃO RIBEIRO RODRIGUES, pesquisador de Mudança do Clima da Embrapa Solos

“As exportações de suco de laranja serão beneficiadas com o acordo entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE), para onde vão 70% dos nossos embarques.”

IBIAPABA NETTO, diretor executivo da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR)



VALTER CAMPANATO/ AGÊNCIA BRASIL

Até o final do ano, concluiremos a revisão legal e técnica das negociações do acordo entre o MERCOSUL e a UE.”

“A UE eliminará as suas tarifas para 87% dos produtos agrícolas brasileiros.”

ORLANDO RIBEIRO, secretário da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI/MAPA)

CENÁRIO PARA 2021

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

O início da vacinação em massa no primeiro semestre do ano que vem permitirá uma reabertura mais ampla da economia. Nesse cenário, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil deve crescer 4% em 2021. O quadro de recuperação econômica lenta e de inflação controlada, ao redor dos 3%, indica a manutenção da taxa básica de juros – Selic – próximo dos 2% ao ano.

O ANO de 2021 deverá ser marcado pela continuidade da recuperação econômica no Brasil e nas demais economias, ainda que em bases moderadas. Os impactos econômicos da pandemia de 2020 levaram a uma recessão em caráter global, com as medidas de isolamento social afetando duramente a atividade econômica no primeiro semestre do ano. A flexibilização dessas medidas, uma vez que passaram os efeitos mais agudos em termos de contágio, levou a uma gradativa recuperação ao longo do segundo semestre.

A nova onda de contágio recente, particularmente em alguns países europeus, acarretou um novo endurecimento do isolamento em várias economias europeias. Com isso, o PIB da Zona do Euro deverá recuar novamente neste quarto trimestre. De qualquer forma, esse novo surto parece menos letal do que a primeira onda, e a tendência é que essas economias venham a reabrir até o final do ano.

A boa notícia para 2021 é que, muito provavelmente, pelo menos uma vacina para o novo coronavírus tenha sido aprovada e entre em produção em larga escala. Dado isso, é factível supor que o processo de vacinação em massa ocorra no primeiro semestre, o que permitirá uma reabertura mais ampla das economias ao longo do ano. Nesse cenário, as principais economias do mundo deverão prosseguir em ritmo de recuperação.

O comportamento da economia brasileira não será muito diferente do roteiro previsto para as demais economias do mundo. A atividade econômica, após sofrer uma dura queda no segundo trimestre do ano, passou a se recuperar no trimestre seguinte, e as indicações são de que o ritmo de retomada deve prosseguir nos últimos meses do ano. De qualquer forma, o PIB brasileiro deverá recuar cerca de 4% no ano. Tudo indica que as bases da recuperação deverão ser mantidas no ano que vem, o que deve levar o PIB brasileiro a crescer 4% em 2021.

No contexto de retomada lenta, com elevada capacidade ociosa e desemprego elevado, as pressões inflacionárias devem permanecer relativamente contidas. A inflação brasileira, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), deve ficar pouco acima dos 3% no ano que vem. Nesse campo, as surpresas podem vir pelos efeitos do repasse da variação da taxa de câmbio para os preços dos bens (o que já vem sendo sentido em alguma medida no final deste ano) e pela alta dos preços de *commodities*. De qualquer forma, o cenário de inflação para o ano que vem não inspira grandes preocupações.

O quadro de retomada lenta e inflação sob controle indica que o Banco Central do Brasil (BCB) deverá manter a taxa de juros – Selic – na casa dos 2% por um bom tempo ainda. Uma elevação dos juros por parte do BCB só deve ocorrer no final do ano que vem.

O BCB tem alertado para os riscos desse cenário oriundos da questão fiscal brasileira. De fato, as contas públicas representam o principal fator de risco para o cenário de juros e a manutenção da retomada. O resultado primário deste ano deverá ser deficitário em 11,7% do PIB, e, com isso, a relação dívida pública bruta/PIB deverá fechar o ano acima de 90%. Para o ano que vem, a projeção é de um déficit de cerca de 2,5% do PIB, o que permitirá algum recuo da relação dívida pública bruta/PIB.

As demandas por aumentos de gastos públicos no ano que vem contrapõem-se à necessidade de retomar as reformas que podem permitir um ajuste fiscal mais duradouro. Essa questão torna-se particularmente complexa tendo em vista o teto dos gastos públicos. Retomar uma agenda de reformas (administrativa e tributária) torna-se crucial para que a percepção de risco caia e a retomada da economia brasileira ocorra em bases mais sustentáveis.

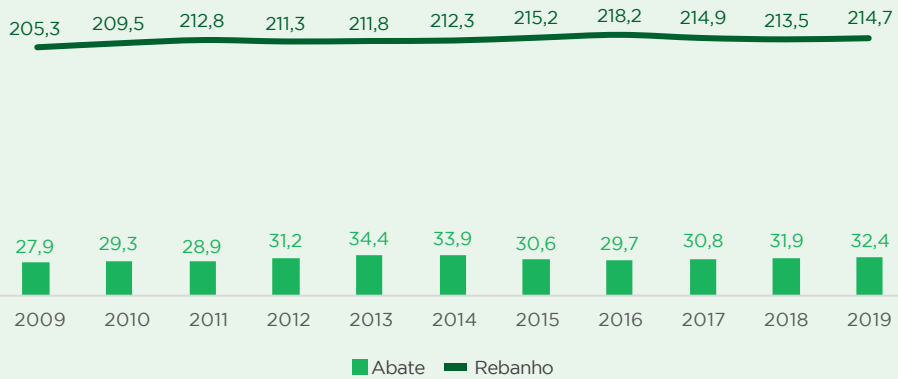
Enquanto não existem sinalizações explícitas por parte do Governo de que ele caminhará nessa direção, o risco permanece relativamente elevado. Isso pode ser percebido na taxa de câmbio, com o real fortemente depreciado em relação às demais moedas. A cotação do dólar tem ficado acima de R$ 5,20 e deverá permanecer nesse patamar nos próximos meses. Um potencial recuo poderia advir de uma sinalização mais explícita em torno de um ajuste fiscal.

De qualquer forma, as perspectivas para 2021 são mais favoráveis do que a realidade enfrentada em 2020. Idealmente, o Governo deveria trabalhar na direção de dar continuidade a esse ciclo. ■

REBANHO BOVINO EM ALTA

Após dois anos em queda, o rebanho bovino brasileiro voltou a crescer em 2019, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado representa um aumento de 0,6% em relação a 2018, impulsionado pela retenção de fêmeas para procriação. Isso sugere uma transição no ciclo de preços da pecuária de baixo para alto. As exportações seguem com registros de volumes recordes, em especial nos lotes destinados à China. Os estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais mantiveram as posições de maiores rebanhos bovinos no Brasil, com participação de 35,7%.

BRASIL: REBANHO E ABATE DE BOVINOS
(MILHÕES DE CABEÇAS)



Fonte: IBGE

CRESCEM AS EXPORTAÇÕES PARA A CHINA

Entre 2009 e 2019, as receitas com exportações do agronegócio do Brasil para o seu principal mercado, a China, cresceram em 248,3%. Nesse período, a participação do agro nas exportações totais para o mercado chinês passou de 14% para 32%. Para 2020, esse comportamento deve se repetir. Houve uma diversificação no portfólio de produtos embarcados e um aumento do acesso de proteínas animais. Do total das importações de produtos agrícolas da China, as maiores aquisições são do Brasil (16%), à frente da União Europeia (14%) e dos Estados Unidos (9%). No entanto, existem produtos relevantes na pauta agrícola chinesa nos quais o Brasil tem pouca participação, como, por exemplo, pescados, produtos lácteos e frutas.

BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS DO AGRO EXPORTADOS PARA A CHINA

2009		2019	
Receita: US$ 8,9 bilhões		Receita: US$ 31,0 bilhões	
Produtos	**Part. %**	**Produtos**	**Part. %**
Soja em grãos	71	Soja em grãos	66
Celulose	12	Celulose	10
Óleo de soja	5	Carne bovina	9
Fumo	4	Carne de frango	4
Couros e peles	3	Algodão	3
Açúcar	1	Carne suína	2
Demais	4	Demais	6
TOTAL	**100**	**TOTAL**	**100**

Fonte: MDIC; elaboração: Fiesp



DIGITAL MILK®

SOLUTION PLATFORM

Uma solução pensada para integrar todos os processos da área de política leiteira.

BENEFÍCIOS

- Check List Digital e consolidação de dados
- Gestão das visitas técnicas nas fazendas e da coleta de leite
- Aplicativo móvel para comunicação entre indústrias e produtores
- Consolidação de dados para a geração de pagamentos de fornecedores
- Módulo de atendimento às Instruções Normativas 76 e 77
- Gestão automatizada da coleta de leite

Conectado com o Smart Flow, o aplicativo do produtor deixa sua produção na palma da mão.

Fale com a gente!
www.engdb.com.br
contato@engdb.com.br

ENGINEERING
Digital Transformation Company

RECEITA ESTÁVEL NA AVICULTURA DE POSTURA

Entre 2014 e 2019, a produção brasileira de ovos de galinha teve um desempenho muito favorável, com um crescimento à taxa média anual de 4,35% e uma expansão acumulada de 23,71%. Em termos nominais, a receita decorrente dessa produção experimentou um incremento de 62,07%. No entanto, quando se faz o cálculo da receita em termos reais, com deflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registra-se que a quantidade produzida e a receita evoluíram praticamente em proporções similares e muito próximas.

AVICULTURA DE POSTURA: PRODUÇÃO E RECEITA

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2019/2014
Quantidade (bilhões de dúzias)	3,732	3,768	3,843	4,214	4,430	4,617	23,71%
Receita nominal (R$ bilhões)	9,35	10,49	11,55	13,38	14,05	15,15	62,07%
Receita real (R$ bilhões)	12,41	12,59	13,04	14,68	14,85	15,35	23,68%

Fonte: IBGE

CARNE CARBONO NEUTRO (CCN)

A iniciativa visa fixar uma marca-conceito parametrizável e auditável para atestar a carne bovina produzida em sistemas de integração do tipo silvipastoril (pecuária-floresta) ou agrossilvipastoril (lavoura-pecuária-floresta). O registro da certificação prova o cumprimento de protocolos específicos. A origem do produto vem de animais cujas emissões de metano entérico foram compensadas durante o processo de produção pelo crescimento de árvores no sistema. Além disso, a certificação mostra que os animais ficam em locais para sombreamento, em ambiente térmico confortável, com alto grau de bem-estar. Essa solução tecnológica foi desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em parceria com outras instituições.

ABERTURA DE CEM NOVOS MERCADOS

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Brasil conseguiu, desde janeiro de 2019, a abertura de cem novos mercados externos para vender os seus produtos. Da lista, fazem parte itens não tradicionais, como castanha-de-baru (Coreia do Sul), mudas de coco (Guiana), castanha-do-brasil (Arábia Saudita), milho de pipoca e mudas de eucalipto (Colômbia), gergelim (Índia), ovo com casca (Singapura) e abacate (Argentina). Desses países de destino, 45 são na América, 40 na Ásia, 14 na África e 1 na Oceania (Austrália). A relação abrange castanhas, chá, frutas, pescados, lácteos e plantas, junto a mercadorias de alto valor agregado, como material genético avícola (Emirados Árabes Unidos e Marrocos) e embriões equinos (Estados Unidos).

PLATAFORMA DE REGISTRO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Em parceria com a Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação (SDI/MAPA), o Instituto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (ICNA) desenvolveu a Plataforma Digital de Registro e Gestão de Tratores e Equipamentos Agrícolas (ID Agro). O equipamento representa segurança jurídica e econômica para quem compra e vende máquinas e equipamentos agrícolas. Por a plataforma ser integrada ao sistema de segurança pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), o registro da operação não envolverá custo, coibirá furtos nas propriedades rurais e servirá para reduzir os prêmios do seguro rural.

AGROINDÚSTRIA QUASE ELIMINANDO AS PERDAS DO ANO

ROBERTA POSSAMAI[1], FELIPPE SERIGATI[2]

Dadas todas as turbulências de 2020, a agroindústria conseguirá eliminar as suas perdas e encerrar o ano em campo positivo? Em setembro último, a agroindústria cresceu 7,2% em comparação ao mesmo mês do ano anterior. Na realidade, trata-se do melhor mês de setembro desde o início da série histórica (em 2003), além de representar o terceiro mês consecutivo de taxas de variações positivas para essa base de comparação.

APESAR DOS bons números do segundo semestre, o setor agroindustrial, infelizmente, não deverá registrar um crescimento do seu volume de produção em 2020. No entanto, a queda esperada não será tão intensa, ao contrário do que foi previsto anteriormente, e vai depender, essencialmente, de como serão os próximos meses para o segmento de produtos não alimentícios, uma vez que o segmento de produtos alimentícios e bebidas já opera em campo positivo no acumulado do ano. É isso o que espera o Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), que revisou para cima as suas projeções para a agroindústria e os seus principais segmentos.

CRESCIMENTO QUASE GENERALIZADO ENTRE OS SETORES

Como foi visto, a produção agroindustrial registrou uma expansão de 7,2% na comparação interanual (isto é, setembro último em relação ao mesmo mês de 2019), sendo este o melhor resultado para o mês de setembro de toda a série histórica. A expansão da agroindústria foi puxada tanto pelo segmento de produtos alimentícios e bebidas, o qual cresceu 11,6% (também representando o melhor resultado para o mês de toda a série), quanto pelo de produtos não alimentícios, que voltou a apresentar crescimento (2,1%) após seis meses consecutivos de forte contração.

Ao detalhar o segmento de produtos alimentícios e bebidas, nota-se uma expansão intensa e generalizada entre os setores. O setor de produtos alimentícios (ou seja, excluindo-se bebidas) expandiu-se em incríveis 11,1% – a maior expansão de toda a série histórica. Esse crescimento foi puxado tanto pelo aumento do subsetor de alimentos de origem animal (4,4%), como, especialmente, pela expansão do subsetor de alimentos de origem vegetal (17,4%). O setor de bebidas, por sua vez, cresceu 13,7%, com os subsetores de bebidas alcoólicas e não alcoólicas registrando altas de, respectivamente, 15,3% e 12,1%.

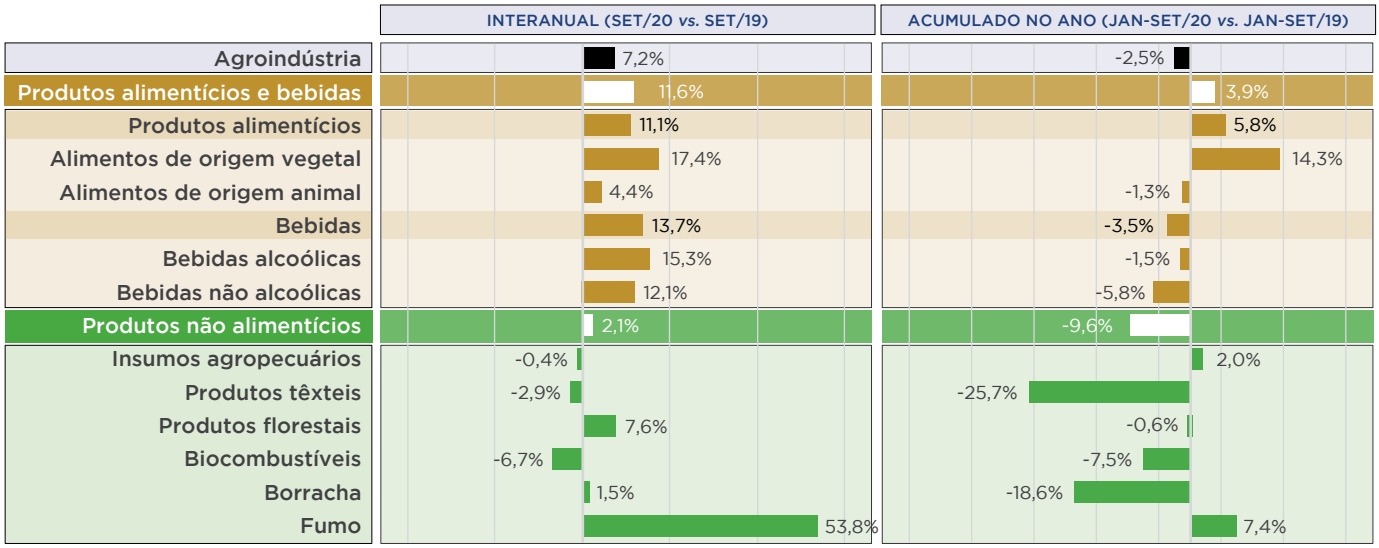
Detalhando o segmento de produtos não alimentícios, chama a atenção o forte crescimento do setor de produtos florestais, de 7,6%. Além disso, os setores de borracha (1,5%) e de fumo (53,8%) também apresentaram expansão para essa base de comparação. Em contraposição, os únicos setores que registraram contração de sua produção foram os de insumos agropecuários (-0,4%), de produtos têxteis (-2,9%) e de biocombustíveis (-6,7%). É importante salientar, contudo, que, apesar de o setor de produtos têxteis ainda registrar retração, esse foi o melhor resultado dos últimos sete meses, o que significa que, ao longo do período, o setor vem apresentando uma desaceleração das contrações, podendo entrar em campo positivo nos próximos meses.

AGROINDÚSTRIA AINDA ACUMULA QUEDA EM 2020

Apesar do crescimento no mês, o volume de produção agroindustrial em 2020 (no acumulado entre janeiro e setembro) ainda é 2,5% menor do que o de 2019 (no mesmo período). A queda da produção agroindustrial foi puxada, exclusivamente, pelo segmento de produtos não alimentícios, que registrou uma contração expressiva de 9,6%. O segmento de produtos alimentícios e bebidas, por sua vez, expandiu-se 3,9% no ano.

A despeito da contração da agroindústria no acumulado até setembro, é válido lembrar que, aos poucos, ela vem recuperando as suas perdas, uma vez que, no período entre janeiro e maio últimos, a queda da produção do setor era bem mais expressiva, de 6,9% a.a. Essa recuperação, ao longo do tempo, vem tanto da aceleração do crescimento do segmento de produtos alimentícios e bebidas, quanto da desaceleração da queda do segmento de produtos não alimentícios.

VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA DA AGROINDÚSTRIA E DOS SEUS SEGMENTOS, SETORES E SUBSETORES



Fonte: IBGE; elaboração: FGV Agro

COMO A AGROINDÚSTRIA DEVE TERMINAR O ANO DE 2020?

Embora a produção agroindustrial ainda esteja, em 2020, em um patamar menor do que o do ano anterior, ela entrou, evidentemente, em uma trajetória de recuperação, principalmente no terceiro trimestre, após o pior momento da crise causada pela pandemia de COVID-19. Por conta disso, o FGV Agro revisou para cima as projeções para a agroindústria.

Anteriormente, no cenário-base, era esperada uma contração de 4,2% para a agroindústria, e, agora, a expectativa é de uma queda de 1,0%. Essa retração bem menos acentuada é resultado de um crescimento mais expressivo do segmento de produtos alimentícios e bebidas e uma contração menos intensa da produção de produtos não alimentícios. Isto é, enquanto, para o primeiro segmento, projeta-se uma expansão de 4,2% (a projeção anterior era de um crescimento menos significativo, de 1,0%); para o segundo, a expectativa é de uma contração de 6,5% (apesar da queda intensa, ela é consideravelmente menor do que a projeção realizada outrora, de -9,7%).

Por trás da revisão para cima das projeções do FGV Agro para a produção agroindustrial, há a perspectiva, em relação às projeções realizadas anteriormente, de uma retração menos intensa do PIB, uma maior depreciação da moeda nacional (em comparação à média de 2019), uma menor deterioração da confiança do empresário industrial, uma forte expansão das exportações de produtos alimentícios e bebidas e uma intensa diminuição das importações de produtos não alimentícios.

Diante disso, a partir dos dados de setembro último, fica nítida a trajetória de recuperação na qual a agroindústria entrou. Apesar de esta, possivelmente, não encerrar o ano em campo positivo, o resultado é muito favorável, notadamente quando se levam em conta as fortes turbulências que marcaram 2020 devido à pandemia de COVID-19. ■

PROJEÇÕES DO FGV AGRO PARA A AGROINDÚSTRIA EM 2020
(% A.A.)

SEGMENTO	Últimas projeções (dados de até jun/2020)			Projeções atualizadas (dados de até set/2020)		
	Pessimista	**Base**	Otimista	Pessimista	**Base**	Otimista
Agroindústria	-8,1	**-4,2**	-1,1	-2,5	**-1,0**	0,6
Produtos alimentícios e bebidas	-1,4	**1,0**	3,1	3,4	**4,2**	4,7
Produtos não alimentícios	-15,3	**-9,7**	-5,5	-8,7	**-6,5**	-3,7

Fonte: FGV Agro

1 Mestre em Economia Agrícola pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP) e pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

2 Doutor em Economia pela FGV-EESP, professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

RCEP: O QUE É E QUAIS SÃO AS CONSEQUÊNCIAS PARA O AGRO BRASILEIRO?

ROBERTA POSSAMAI[1], FELIPPE SERIGATI[2]

Em 15 de novembro último, após oito anos do início das negociações, foi assinada a Parceria Regional Econômica Abrangente (Regional Comprehensive Economic Partnership – RCEP). Esta é considerada o maior acordo comercial do mundo por contar com países que, conjuntamente, representam quase um terço da população mundial e 29% do Produto Interno Bruto (PIB) do Planeta.

APESAR DA grandiosidade da Parceria Regional Econômica Abrangente (RCEP, na sigla em inglês), não deve haver, no curto prazo, grandes impactos para o agronegócio brasileiro, uma vez que a demanda dos países signatários do tratado – notadamente a da China – por matérias-primas do Brasil deverá se manter. Além disso, os produtos brasileiros já contavam com dificuldades de acessar o bloco antes mesmo da assinatura do acordo. Contudo, o desafio em alcançar o mercado formado pelos países pertencentes à RCEP só tende a ficar maior no longo prazo.

O QUE É A RCEP?

A RCEP é um acordo comercial que busca facilitar a comercialização de bens e serviços entre quinze países: China, Japão, Coreia do Sul, Austrália, Nova Zelândia e os dez membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, na sigla em inglês) – Indonésia, Tailândia, Singapura, Malásia, Filipinas, Vietnã, Myanmar, Camboja, Laos e Brunei. Diante disso, sobre o acordo comercial, merecem destaque algumas informações:

- A RCEP tem como principal objetivo reduzir tarifas de importação sobre mais de 90% dos bens comercializados entre os países-membros pelos próximos vinte anos. No entanto, a parceria busca, também, tornar o ambiente de negócios mais previsível, com regras mais transparentes, fortalecer as cadeias de suprimentos, incluindo dispositivos sobre propriedade intelectual, telecomunicações, serviços financeiros e profissionais, além de facilitar o comércio eletrônico na região e estipular mecanismos para a resolução de disputas entre os países.

- Apesar de ter o intuito de eliminar ou reduzir tarifas, isso não será tão intenso como em outros acordos comerciais mais amplos. Além disso, algumas dessas facilitações devem acontecer somente em vinte anos.

- Entre outras medidas, o acordo elimina impostos sobre 61% das importações de produtos agrícolas e pesqueiros da ASEAN, da Austrália e da Nova Zelândia, sobre 56% da China e sobre 49% da Coreia do Sul.

- A RCEP apresenta-se como um esforço de ampliar, melhorar e padronizar os vários acordos existentes entre os países signatários que já estavam em vigor. Ou seja, os países-membros já tinham facilidade de acessar o mercado formado pela parceria.

- Apesar da preexistência de acordos entre os países que fazem parte da RCEP, a China não possuía nenhum acordo comercial com alguns signatários, como Japão e Coreia do Sul.

- Por fim, e talvez mais importante, o acordo tem um desenho que favorece muito a organização das cadeias globais de valor, uma vez que as regras de origem da RCEP estabelecem o quanto de conteúdo regional um produto deve ter para usufruir de tarifas mais baixas. Desta forma, basta que um produto tenha "apenas" 40% do seu valor total adicionado realizado dentro do bloco para ser elegível às regras preferenciais de comércio.

Ademais, é válido ressaltar que as negociações iniciais para esse acordo foram lideradas pelos países da ASEAN. No entanto, o acordo foi benéfico para atender os interesses da China, já que esta se opõe à influência comercial que os Estados Unidos (EUA) queriam exercer na região asiática, principalmente após a assinatura do Acordo de Associação Transpacífico (TPP, na sigla em inglês) pelo então presidente americano Barack Obama, o qual estabeleceu

uma zona de livre-comércio com, entre outros países, doze economias da Ásia, deixando de fora a economia chinesa.

Com a ascensão de Donald Trump ao poder, contudo, os EUA retiraram-se do TPP e, além disso, a "guerra comercial" com a China ficou mais acirrada. Tudo isso deu mais força para a criação da RCEP, uma vez que esse acordo poderia fortalecer as cadeias de suprimentos centradas na China sem uma influência maior da economia norte-americana na região asiática via TPP.

QUAIS SÃO OS IMPACTOS SOBRE O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO?

A despeito de a RCEP envolver importantes *players* do agronegócio mundial, como a China, a Austrália e a Nova Zelândia, os impactos no curto prazo para os produtores brasileiros são limitados. Alguns motivos para isso são:

- Para entrar em vigor, os signatários da RCEP devem, primeiro, ratificar o acordo junto aos seus parlamentos, e isso não deverá acontecer de forma célere.

- Infelizmente, com exceção da China, o agronegócio brasileiro exporta relativamente pouco para os países-membros.

- A China, por sua vez, é o principal parceiro comercial do agronegócio brasileiro, uma vez que 35,8% (US$ 30,8 bilhões) das vendas externas realizadas em 2020 pelo País tiveram como destino a economia chinesa. Contudo, a pauta exportadora brasileira para a China é muito concentrada: 66,6% vêm da soja em grão, 17,2% de carnes (principalmente, bovina) e 8,6% de produtos florestais (papel e celulose).

- Em relação à soja e aos produtos florestais exportados para a China, o Brasil não deve ser impactado, já que não há, entre os países signatários, nenhum *player* relevante para esses mercados. Contudo, no setor de carne bovina, o Brasil poderá ser afetado, uma vez que a Austrália é um importante concorrente da produção brasileira. No entanto, a expectativa, no curto prazo, para a produção australiana de carne para o próximo ano é de queda; logo, ela pode não ter condições de suprir a demanda chinesa.

EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO EM 2020 (NO ACUMULADO ENTRE JANEIRO E OUTUBRO) EM US$ E PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL

PARCEIROS COMERCIAIS	Valor (US$ milhões)	Participação %
China	30.761,88	35,8%
Japão	2.066,29	2,4%
Coreia do Sul	1.816,06	2,1%
Tailândia	1.693,99	2,0%
Vietnã	1.620,39	1,9%
Indonésia	1.479,87	1,7%
Malásia	645,14	0,8%
Singapura	432,21	0,5%
Filipinas	239,64	0,3%
Austrália	154,27	0,2%
Nova Zelândia	43,96	0,1%
Myanmar	26,77	0,0%
Camboja	6,21	0,0%
Laos	0,82	0,0%
Brunei	0,22	0,0%
TOTAL EXPORTADO PARA A RCEP (COM A CHINA)	**40.987,71**	**47,7%**
TOTAL EXPORTADO PARA A RCEP (SEM A CHINA)	**10.225,83**	**11,9%**
TOTAL EXPORTADO PELO BRASIL	**85.840,07**	**100,0%**

Fonte: MAPA

Por fim, fica evidente que, apesar de o acordo ainda demorar para entrar em vigor e mesmo considerando que os países-membros já tinham parcerias comerciais entre si, o simbolismo da RCEP é forte, evidenciando a importância de formar áreas de livre-comércio para aumentar e diversificar as exportações. Desta forma, apesar dos limitados impactos para o Brasil, o principal prejuízo gerado pela RCEP ao agronegócio brasileiro no curto prazo é a maior dificuldade que os produtores nacionais terão para acessar mercados mais dinâmicos, como os de consumidores japoneses, coreanos, australianos, entre outros.

Nesse contexto, o Peterson Institute for International Economics (PIIE) estimou, em junho último (com números que ainda não consideravam os efeitos da pandemia de COVID-19), que a RCEP aumentaria o comércio entre os membros em até US$ 428 bilhões em 2030, ao mesmo tempo que reduziria o comércio em até US$ 48 bilhões para não membros do acordo. Ou seja, estar na parceria é, nitidamente, benéfico para as partes e ruim para quem não está nela. Diante disso, fica evidente que a formação de acordos comerciais é o caminho a seguir caso o Brasil queira acessar novos mercados e diversificar a pauta exportadora em relação aos países já parceiros, como a China. ■

1 Mestre em Economia Agrícola pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP) e pesquisadora do Centro de Agonegócio da FGV (FGV Agro) – roberta.possamai@fgv.br

2 Doutor em Economia pela FGV-EESP, professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

PEQUENA MELHORA NA RENTABILIDADE DO LEITE EM 2020

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO*

Em 2020, o produtor de leite deparou-se com um cenário de preços elevados, com valores médios do leite maiores do que os do ano anterior, mas os custos de produção também estiveram mais altos. Assim, a rentabilidade média da pecuária leiteira de alta tecnologia chegou a 1,99%, enquanto a rentabilidade dos sistemas de baixa tecnologia foi, mais uma vez, negativa: -6,14%.

COM A chegada das chuvas mais regulares ao Brasil Central e à região Sudeste a partir de novembro, as condições das pastagens melhoraram. O resultado é o aumento no volume de leite captado pelos laticínios. A expectativa é de que o pico dessa produção de leite nessas regiões ocorra neste mês e em janeiro de 2021.

Do lado da demanda, destacamos as dificuldades de escoamento na ponta final da cadeia desde meados de outubro. Os motivos principais são aos patamares elevados de preços dos produtos lácteos no mercado interno e a redução do auxílio emergencial destinado à população por causa da pandemia. Ademais, o período de virada do ano caracteriza-se por uma queda na demanda por leites fluidos (seja longa vida ou pasteurizado) e leites em pó, em função das festas e das férias.

Essa queda prevista porá fim ao movimento de fortes altas nos preços aos produtores nos últimos cinco meses, que somaram 26,1% quando

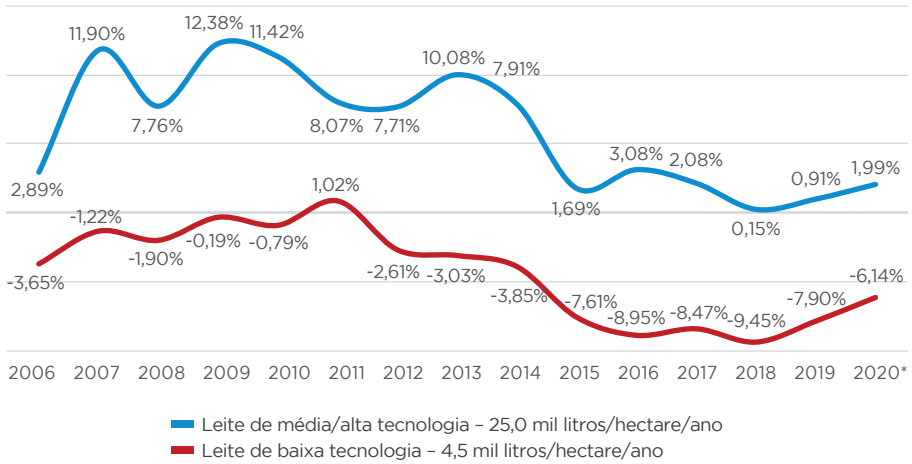


SHUTTERSTOCK

se considera a média nacional dos dezoito estados pesquisados pela Scot Consultoria. Os aumentos deveram-se à demanda firme até então, com os auxílios emergenciais e a produção mais ajustada em decorrência dos atrasos nas chuvas e do aumento dos custos de produção.

A expectativa é de preços mais frouxos no mercado de leite e derivados até fevereiro/março de 2021, quando a produção começa a diminuir nas principais bacias leiteiras do País (início da entressafra).

RENTABILIDADES MÉDIAS DA PECUÁRIA DE LEITE



*Projeção
Fonte: Scot Consultoria

RESULTADOS ECONÔMICOS DA ATIVIDADE

A cada ano, a Scot Consultoria calcula as rentabilidades médias das atividades agropecuárias. A metodologia adotada segue modelos econômicos, tendo em consideração os fatores estimados para cada negócio agropecuário: índices técnicos, localização da propriedade, estrutura produtiva e nível tecnológico.

Nesse sentido, os resultados apresentados podem ter uma significativa variação conforme a alteração dos índices produtivos. Este ano foi desafiador, com preços médios do leite pagos ao produtor maiores comparativamente aos do ano anterior, mas com os custos de produção em níveis elevados, de modo a pressionar a margem da atividade.

Diante disso, os valores variaram bastante de acordo com as estratégias em cada propriedade. A lista de compra dos insumos, principalmente a alimentação concentrada, teve um grande peso nos custos de produção da pecuária leiteira.

O preço do leite pago ao produtor, tomando por base a média nacional ponderada, subiu 13,3% em 2020 frente ao de 2019. Em alguns estados, o aumento chegou a ultrapassar 20,0% nessa mesma comparação. Esse parâmetro possui bastante variação, em função das bonificações no pagamento do leite por volume e qualidade.

Do lado dos custos de produção da pecuária leiteira, houve uma alta de 16,9% na média deste ano frente à do anterior. Esse parâmetro pode variar bastante a depender do sistema de produção e do nível de tecnologia. Neste ano, destaca-se, também, em particular, o aumento nos preços das terras agrícolas e pecuárias, que compõem o capital médio, com peso negativo na rentabilidade da atividade.

RENTABILIDADES ESPERADAS

Os resultados econômicos em termos das rentabilidades médias da atividade leiteira levam em conta a venda do leite e a comercialização de animais, tomando por base dois níveis de tecnificação: baixa tecnologia (4,5 mil litros de leite/hectare/ano) e média/alta tecnologia (25,0 mil litros de leite/hectare/ano).

No caso da pecuária leiteira de **alta tecnologia**, houve uma pequena melhora na rentabilidade, chegando a 1,99%. Para os **sistemas menos tecnificados**, as cifras apuradas foram negativas mais uma vez, com -6,14%, apesar da ligeira melhora frente aos -7,90% de 2019.

Para 2021, a expectativa é de manutenção dos custos de produção da pecuária leiteira em alta, sustentados pela pressão dos alimentos concentrados, como milho e farelo de soja. Do lado da demanda, os pontos de atenção são com relação aos reflexos da pandemia e às questões econômicas, como os impactos do desemprego e da queda na renda da população sobre o consumo interno de lácteos, principalmente os produtos de maior valor agregado.

Já com relação à produção nacional de leite, além dos custos de produção em graus elevados, o clima adverso – com atrasos nas chuvas e previsão de veranicos – representa um risco de choques negativos. Desta forma, por um lado, a oferta mais ajustada significa um fator positivo para os preços do leite ao produtor, mas, por outro lado, a demanda interna poderá ser prejudicada, diminuindo a concorrência entre as indústrias pela matéria-prima. Ou seja, 2021 será mais um ano de cautela, com margens pressionadas pelo mercado de leite, com exigência de mais profissionalismo e eficiência produtiva por parte dos pecuaristas e dos técnicos. ■

*Zootecnista da Scot Consultoria

BRASIL CONSOLIDA-SE COMO FORNECEDOR DE ALGODÃO COM ESCALA E CONSTÂNCIA

MARCIO PORTOCARRERO*

O algodão está presente no dia a dia de todos os brasileiros, mas pouco se sabe, fora do meio rural, sobre o ciclo de produção e as demais etapas da cadeia produtiva dessa commodity *tão relevante para o agronegócio brasileiro e a dinâmica agrícola mundial.*

O ALGODÃO é uma cultura milenar produzida em mais de sessenta países, em todos os cinco continentes do Planeta, e se destaca em relação aos demais cultivos pelo alto grau de tecnologia em todas as etapas: da produção ao beneficiamento.

Enquanto, para diversos grãos, são necessários de noventa a 120 dias entre o plantio e a colheita; no algodão, esse período pode ultrapassar duzentos dias, e os custos de produção envolvidos são de três a quatro vezes maiores do que os das outras lavouras. É, portanto, uma cultura de alto risco, já que é mais vulnerável a fenômenos climáticos e efeitos não gerenciáveis. E, ainda assim, traz alta rentabilidade.

Pelos altos investimentos requeridos na produção, dificilmente planta-se mais do que 50% da área produtiva de uma fazenda com algodão. Por essa razão, os cotonicultores brasileiros são, também, produtores, principalmente, de soja e milho. Dilui-se o risco a partir da combinação de diferentes cultivos agrícolas e, desta forma, se pratica a rotação de culturas, necessária ao manejo correto de pragas e doenças, entre outros benefícios, em especial para o solo.

SHUTTERSTOCK



O tamanho médio das áreas plantadas com algodão no Brasil é de 4,6 mil hectares, em função da estrutura mínima necessária para ser competitivo na produção da fibra, que envolve: o maquinário agrícola específico; as usinas de beneficiamento, indústrias responsáveis pela separação da pluma, do caroço e das impurezas; e as pessoas envolvidas em todos os processos, as quais devem apresentar alta capacitação técnica e/ou gerencial. Este último é um dos fatores-chave que tornam a produção de algodão complexa e desafiadora. A produção de algodão emprega cinco vezes mais do que a de soja. São vários processos até se chegar ao fardo propriamente dito, que pesa, em média, 220 quilos de pluma e é o subproduto mais rentável para os cotonicultores.

A rentabilidade do algodão leva em conta três requisitos: gestão eficiente do custo de produção; preço de venda; e produtividade. O Brasil encerrará a safra 2019/20 com a produtividade média de pouco mais de 1,8 mil quilos de pluma/hectare – aproximadamente o dobro do valor atingido nas lavouras norte-americanas nos últimos anos. Isso com um detalhe: 92% das nossas lavouras recebem apenas água da chuva, o que garante ao País o título de campeão mundial em produtividade em sistema de sequeiro. A alta produtividade, aliada aos custos de produção controlados e à utilização do mercado futuro a favor do cotonicultor, resultou em uma rentabilidade média de 16% por hectare no fim da temporada 2019/20.



A rentabilidade atrativa entre as safras 2016/17 e 2019/20 dobrou a produção de algodão no Brasil e aumentou em 77% a área plantada. O País, que produzia 1,5 milhão de toneladas de pluma na colheita de 2017, alcançou a marca de 3,0 milhões de toneladas na colheita de 2020, consolidando-se como o quarto maior produtor mundial da fibra.

GRANDE EXPORTADOR

O aumento da área plantada de algodão no Brasil ao longo dos anos, orientado pela Abrapa em conjunto com as suas dez associações estaduais, colocou o Brasil em um novo patamar. Há pouco mais de vinte anos, o País era o segundo maior importador de algodão do mundo. Graças à união dos cotonicultores e à liderança da Abrapa e das suas filiadas, o Brasil tornou-se o segundo maior exportador global em 2019 e, ao mesmo tempo, abastece 100% da demanda da indústria nacional.

Os 2 milhões de toneladas de pluma exportados pelo Brasil entre agosto de 2019 e julho de 2020 – recorde histórico alcançado nessa última temporada – tiveram a Ásia como destino final em 98% dos casos, praticamente todo o volume escoado. China, Vietnã e Bangladesh foram os três maiores compradores da fibra. Historicamente, o Brasil era reconhecido pelo mercado comprador internacional como um fornecedor de segundo semestre do ano. Hoje, o País consagrou-se como fornecedor durante os doze meses do ano. Isso é importante na estratégia para acessar novos mercados e aumentar o *market share* nos já conquistados.

Para chegar a esses patamares, a estratégia da Abrapa e das suas filiadas, nos principais estados produtores, está concentrada em cinco eixos: emprego de alta tecnologia; sustentabilidade; qualidade; rastreabilidade; e *marketing*. Sem a sinergia e a melhoria contínua desses fatores ao longo das safras, o Brasil, dificilmente, tomaria o posto de segundo maior exportador de algodão.

Em sustentabilidade, somos os maiores fornecedores de algodão certificado/licenciado do mundo e respondemos, atualmente, por 36% de todo o volume licenciado pela Better Cotton Initiative (BCI) comercializado globo afora. A qualidade da fibra é muito similar à produzida pelos norte-americanos e está em constante evolução. Todo o algodão produzido pelo Brasil é rastreável, fardo a fardo, garantindo a origem do produto e permitindo que o comprador consulte, via código de barras, as informações mais relevantes quanto a produção, beneficiamento, laboratório responsável pelas análises e, ainda, as características de qualidade de cada fardo comprado.

O *marketing* nacional é protagonizado pelo movimento Sou de Algodão. Já o internacional é protagonizado pelas missões, agora reforçadas pelo projeto Cotton Brazil, que, entre outras ações, inclui o primeiro escritório de representação internacional do algodão brasileiro. Ele está baseado em Singapura, coração geográfico do mercado asiático. Seguimos com visão de longo prazo para que a fibra brasileira seja cada vez mais sinônimo de qualidade e credibilidade. ■

* Diretor executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa)

MERCADO DE AÇÚCAR AQUECIDO E DISPARADA NO PREÇO DOS FRETES

EWERTON CHAVES JOHN[1], MATHEUS UZELOTTO LOPES[2]

DURANTE O período da pandemia de COVID-19, a quantidade de navios cargueiros demandados aumentou significativamente nos portos brasileiros, abalando a estrutura de preços do mercado mundial de fretes marítimos. Isso foi uma consequência do cenário favorável para as exportações do agronegócio brasileiro como um todo e para as de açúcar especialmente.

A esmagadora maioria do volume de açúcar exportado pelo Brasil é embarcada a granel, diretamente nos porões dos navios. Diante do aumento das exportações de açúcar, houve uma maior demanda por navios graneleiros, o que provocou, de acordo com o BIMCO Copenhagen, um aumento de quase 150% nos preços do frete de navios Panamax (que possuem capacidade equivalente à produção de 7 milhões de hectares de cana-de-açúcar). Diante disso, os *hires* (fretes diários dos navios) saíram de um patamar de US$ 5.000, em maio, para atingir US$ 10.000 a US$ 13.000, em 26 de agosto.

Diante desse contexto, procura-se explorar as causas do aumento da produção e da exportação de açúcar, bem como analisar o tempo de espera para atracação dos portos, que atingiu picos inéditos neste ano, por conta do bom momento das exportações do agronegócio brasileiro.

AÇÚCAR: AUMENTO DE PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO

O Brasil não só é o principal exportador mundial de açúcar, como também está equipado com uma tecnologia inigualada em relação aos concorrentes internacionais. As usinas nacionais conseguem balancear o *mix* de produção entre açúcar e álcool numa proporção e com uma velocidade que possibilitam ao setor se posicionar de forma extremamente flexível na ponta da oferta.

Considerando essa característica do setor e a conjuntura econômica, observa-se que o ano de 2020 começou despretensiosamente para a produção de açúcar, uma vez que a estratégia seria de priorizar a produção de etanol em detrimento à de açúcar, como já vinha sendo feito nas últimas duas safras. Porém, não foi isso o que ocorreu.

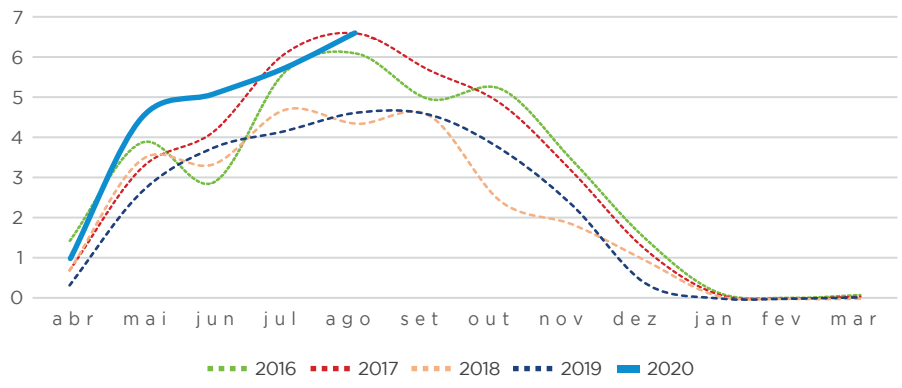
Atentos à relação de preços entre etanol e açúcar, os usineiros perceberam a balança começando a pender fortemente para o lado do açúcar, principalmente a partir de março. Do lado do etanol, isso ocorreu por, basicamente, dois motivos:

- Redução da demanda por etanol anidro, sendo um reflexo do distanciamento social provocado pela pandemia; e
- Impasse entre a Rússia e a Arábia Saudita sobre o corte na produção de petróleo, o que derrubou o preço dessa *commoditty*, puxando para baixo, em consequência, o preço do etanol.

Somado a isso, do lado do açúcar, houve uma preocupação no mercado importador acerca de possíveis estrangulamentos na cadeia logística brasileira em virtude da pandemia de COVID-19. Adicionalmente, a Índia e a Tailândia – respectivamente, segundo e terceiro maiores produtores mundiais de açúcar – também preocuparam o mercado. A Tailândia sofreu uma severa seca, ameaçando a sua já limitada capacidade de exportação. Já a Índia tem a sua produção de cana-de-açúcar pulverizada entre mais de 50 milhões de pequenos produtores independentes, o que dificulta sobremaneira quaisquer previsões da produção e da oferta de açúcar desse país.

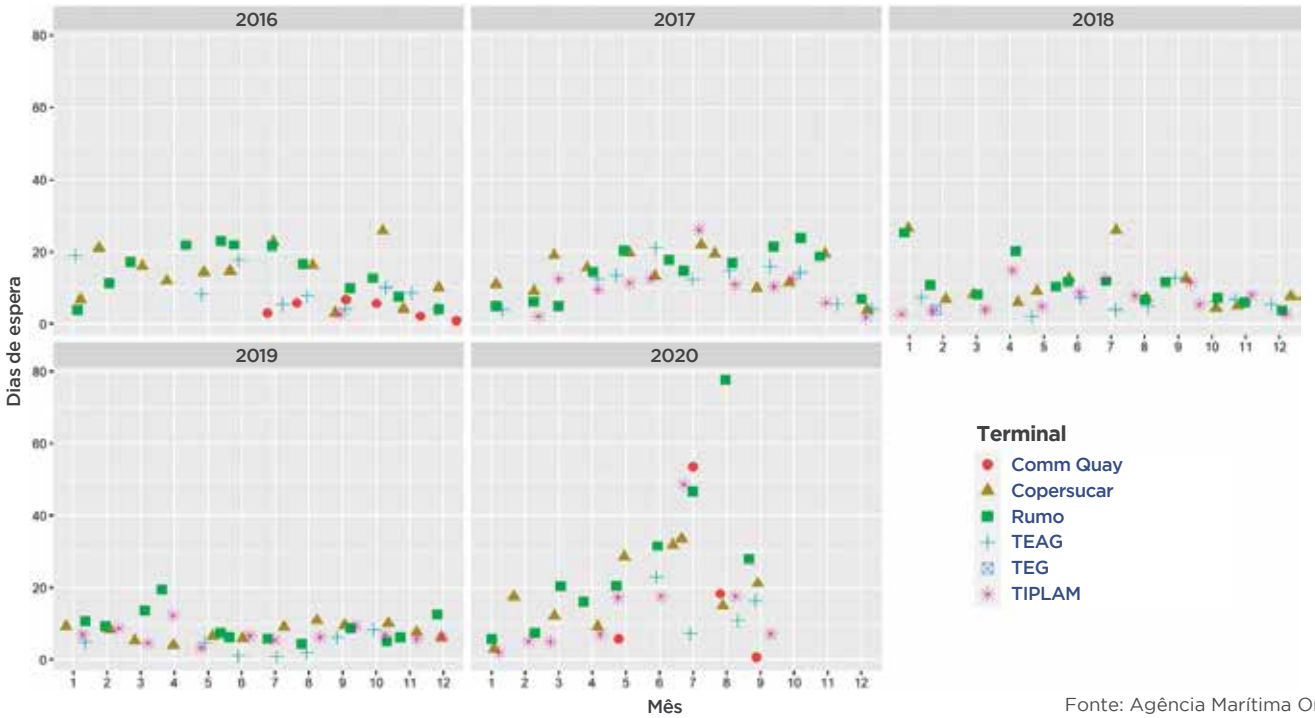
Diante desse contexto, o mercado sinalizou e os usineiros brasileiros rapidamente "viraram a chave" de etanol para açúcar e, entre o início da safra (abril) e a

BRASIL: PRODUÇÃO MENSAL DE AÇÚCAR DE ABRIL DE 2016 A AGOSTO DE 2020
(EM MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: novaCana

SANTOS: MÁXIMO DE ESPERA PARA ATRACAÇÃO DE JANEIRO DE 2016 A AGOSTO DE 2020



Fonte: Agência Marítima Orion

primeira quinzena de agosto, produziram 7,46 milhões de toneladas a mais do que no mesmo período do ano passado.

A partir do aumento expressivo da produção de açúcar, houve, também, uma expansão das suas exportações. De acordo com os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o volume exportado de produtos relacionados ao complexo sucroalcooleiro (desconsiderando álcool etílico) acumulou uma expansão de 64,0% neste ano (até agosto) em relação ao mesmo período do ano anterior. Desta forma, esses volumes embarcados de açúcar – somados aos de soja –, além de impactarem o mercado mundial de fretes marítimos, abalaram a infraestrutura portuária brasileira também.

PORTO: AUMENTO DO TEMPO DE ESPERA PARA ATRACAÇÃO

O aumento das exportações sobrecarregou os portos nacionais. Os navios que atracaram em agosto para carregar açúcar a granel no Brasil enfrentaram períodos de espera nunca vistos anteriormente.

O Porto de Santos, segundo a Agência Marítima Orion, respondeu por 81% dos embarques de açúcar a granel neste ano. Somados os dias de espera de todos os navios saídos com açúcar em agosto, o total chega a 1.188. Considerando o custo máximo dos *hires* de um Panamax, o desperdício passa de US$ 15,4 milhões no mês! Isso é um sobrecusto no nosso açúcar antes mesmo de ele viajar a primeira milha em direção ao destino.

É válido salientar que, nos últimos quatro anos, os portos brasileiros registraram poucos *outliers*, com espera máxima de até 26 dias para embarques de açúcar. Contudo, em 2020, casos de navios esperando entre trinta e cinquenta dias para carregarem açúcar no Porto de Santos não foram raros.

Ainda que, por um lado, a espera para a atracação tenha atingido patamares inéditos, por outro lado, os volumes embarcados até agosto também superam os melhores anos da série histórica. E esses recordes vieram em resposta às preocupações do mercado internacional em relação à capacidade de o agronegócio brasileiro manter a cadeia de suprimento de alimentos para o mercado consumidor, o que impactou profundamente o preço do frete marítimo.

Por fim, fica evidente que estamos vivendo uma crise multifacetada e sem precedentes em função da pandemia de COVID-19, e isso preocupa a comunidade internacional, uma vez que segurança alimentar é um assunto muito sério. Contudo, também é séria a cadeia do agronegócio brasileiro. Assim, se este ano vai nos deixar algum saldo positivo, parte dele creditaremos à reafirmação do agronegócio brasileiro junto à comunidade internacional como um pilar confiável e fundamental da segurança alimentar global. ■

1 Mestre em Agronegócio pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP) e diretor do Grupo Orion Marítima – ewerton@sts.amorion.com.br

2 Mestre em Agronegócio pela FGV-EESP e gerente agrícola da Usina Cerradão – matheusuzelotto@gmail.com

CONTROLE BIOLÓGICO

CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM PROL DA PRODUTIVIDADE E DA SUSTENTABILIDADE

JOSÉ ROBERTO PEREIRA DE CASTRO
Diretor de Marketing do Grupo Vittia e presidente da Associação Nacional dos Produtores e Importadores de Inoculantes (ANPII)

O DESAFIO de produzir alimentos, fibras e bioenergia em quantidades suficientes é permanente na sociedade contemporânea. As pesquisas para elevar a produtividade de forma sustentável, com qualidade dos produtos agrícolas, envolvem áreas das Ciências Agrárias como melhoramento genético, nutrição e proteção de plantas. Uma das vertentes que recebe atenção global crescente é o controle biológico.

O princípio básico do controle biológico é controlar pragas e doenças a partir do uso de seus inimigos naturais, que podem ser insetos, ácaros, fungos, bactérias ou vírus. Esse método de controle tem como objetivo usar organismos sem deixar resíduos nos alimentos e que sejam praticamente inofensivos ao meio ambiente e à saúde da população.

O controle biológico permite o emprego da biodiversidade e contribui para o manejo integrado efetivo de pragas e doenças. O Brasil é um dos países mais importantes no mercado global de produtos biológicos, principalmente pelo potencial de área, pela diversidade de culturas, pela variedade de climas e pela incidência de pragas e doenças.

MERCADO EM ASCENSÃO

O histórico brasileiro de sucesso com o emprego de insumos biológicos é muito positivo. Desde o início do cultivo de soja no País, na década de 1960, o produtor aplica inoculante para garantir o suprimento de nitrogênio à cultura. Há mais de quarenta anos, temos feito o uso de inseticida biológico para o controle da broca-da-cana-de-açúcar.

A conscientização dos produtores no mundo quanto ao uso de defensivos biológicos em sinergia com químicos possibilita o controle de pragas e doenças de maneira mais eficiente. Isso proporciona o crescimento global dos defensivos biológicos, cujo mercado deverá movimentar mais de US$ 5 bilhões neste ano. No período de 2018 a 2020, a sua taxa de aumento anual foi de 15%. No Brasil, essa velocidade tem sido ainda maior.

Como as empresas nacionais e estrangeiras investem na expansão de seus portfólios de produto, aumenta rapidamente a oferta de defensivos biológicos de alta qualidade. Para se ter uma ideia, havia em torno de cinquenta produtos microbiológicos registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em 2015. Já neste ano, encerraremos com mais de duzentos. Isso gera competição no setor e proporciona alternativas para o produtor rural.

Com uma participação expressiva no agronegócio brasileiro, a sojicultura já conta com defensivos biológicos registrados no MAPA para o controle de nematoides, lagartas, percevejos e doenças. Recentemente, foi registrado o primeiro fungicida biológico para o controle da ferrugem asiática, doença de extrema agressividade e que requer uma estratégia de manejo complexa e com um custo dispendioso.

Desde a década de 1970, a cana-de-açúcar usa o controle biológico. Houve uma importante evolução da vespa que parasita os ovos da broca. Atualmente, a lavoura representa 27% do mercado de controle biológico, atrás apenas da soja, com 35% de participação. Culturas como a de algodão e a de café também mostram uma ampla ascensão na adoção dessa tecnologia associada ao controle químico. Da mesma forma, há uma rápida evolução do uso em pastagens e reflorestamento. O mercado brasileiro total fatura cerca de R$ 1 bilhão.

EVOLUÇÃO DO SETOR

O desequilíbrio biológico, a resistência por pragas e doenças e o alto custo do desenvolvimento de novas moléculas tornam a proteção de plantas somente com agroquímicos algo com os dias contados. Cada vez mais, veremos a associação de biológicos a químicos nas estratégias bem-sucedidas de manejo de pragas e doenças da produção agropecuária.

Alguns produtos biológicos conquistaram uma posição de superioridade na eficácia de controle em relação aos defensivos químicos no manejo de certas pragas e doenças importantes, como nematoides em geral, mofo-branco e mosca-branca, que atacam diversas lavouras.

Resultados de controle considerados satisfatórios estimulam a recomendação dos produtos pelos usuários para outros produtores com problemas similares. Um poderoso incentivo à adoção, essa comunicação boca a boca confere uma maior credibilidade à técnica.

O crescimento da ilegalidade e da informalidade da produção é uma ameaça perigosa para o mercado de defensivos de controle biológico, como quando são ofertados sem passar por testes toxicológicos, ecotoxicológicos e de eficácia. Há, ainda, a produção "*on farm*", muitas vezes realizada sem os cuidados necessários, com riscos de contaminação de operadores e do solo, além de baixo desempenho. Essas questões precisam ser bem compreendidas e tratadas de forma adequada pela sociedade. Não podemos correr o risco de desacelerarmos o desenvolvimento de soluções promissoras. Para o produtor rural, o resultado negativo, muitas vezes, não desacredita apenas o produto utilizado, mas a tecnologia como um todo.

TENDÊNCIAS DO CONTROLE BIOLÓGICO

Se, por um lado, o Brasil consolida o seu protagonismo na oferta global de produtos de origens vegetal e animal, com contribuição de forma expressiva para a balança comercial do País; por outro lado, o País é extremamente dependente da importação de insumos como fertilizantes e defensivos químicos. Nesse sentido, insumos que possam ser produzidos aqui, reduzindo a dependência externa, são muito bem-vindos.

Há uma demanda crescente por alternativas que atendam as restrições ambientais e as exigências dos consumidores. O controle biológico inserido no manejo integrado de pragas é uma das opções viáveis para atender os anseios da sociedade na busca constante por soluções sustentáveis.

Com investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) na produção de defensivos biológicos de alta qualidade, com difusão de tecnologia, faremos com que o Brasil se destaque na evolução dessa tecnologia também, assim como temos feito em outros segmentos do agronegócio. Todas as espécies cultivadas beneficiar-se-ão dessas soluções sustentáveis. Estamos com a faca e o queijo nas mãos para promover uma rápida evolução nos nossos sistemas de produção tropical. ■

As informações e as opiniões contidas neste artigo são de integral responsabilidade do autor, e não das instituições a que ele está vinculado.

SHUTTERSTOCK





CYRELA
BY PININFARINA

46 A **49** M² | TORRE ÚNICA

RUA FIANDEIRAS, 705

CYRELA.COM.BR/**PININFARINA**

CYRELA ONE SIXTY
BY YOO

275 A **343** M² | TORRE ÚNICA

RUA MICHEL MILAN, 125

CYRELA.COM.BR/**ONESIXTY**

CYRELA HERITAGE
BY PININFARINA

570 M² | TORRE ÚNICA

RUA LEOPOLDO COUTO DE MAGALHÃES JÚNIOR, 1.200

CYRELA.COM.BR/**HERITAGE**



FOTO DO LOBBY | HERITAGE

One Sixty: Incorporadora responsável: CBR 031 Empreendimentos Imobiliários Ltda. Memorial de incorporação registrado em 23/10/2015 sob o nº 1, na matrícula 188.325 do 4º Cartório Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, SP. O empreendimento está localizado na Rua Michel Milan, 125. Pininfarina: Incorporadora responsável: Cyrela Maguari Empreendimentos Imobiliários Ltda. Memorial de incorporação registrado em 24/06/2014 sob o R.4 na matrícula 184.642 do 4º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo – SP. O empreendimento está localizado na Rua Fiandeiras, nº 705. Heritage: Incorporadora responsável: Cyrela Portugal Empreendimentos Imobiliários Ltda. Memorial de incorporação registrado em 10/10/2016 – Matrícula 191.365 do 4º Registro de Imóveis de São Paulo - SP. Manejo Arbóreo autorizado pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura da Cidade de São Paulo, conforme processo nº 2015-0.188.058-2. O empreendimento está localizado na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 1200. Cyrela: Rua do Rócio, 109 – Vila Olímpia. Comercialização: Cyrela (Creci: J-17.592.).

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM PROL DA AGRICULTURA



RODRIGO SANTOS
Presidente da divisão agrícola da Bayer para a América Latina

CONSTANTEMENTE, ACOMPANHAMOS discussões sobre as novas tecnologias que surgem como tendências para a agricultura e outras que já são uma realidade. Quando trabalhamos com tecnologia, precisamos estar sempre atentos a tendências e inovações, como as evoluções pós-*big data* e, mais recentemente, o armazenamento de dados em nuvem e o *machine learning* (aprendizado das máquinas). E um dos assuntos que tem despertado o interesse de diversos setores da indústria – inclusive do agronegócio – é a inteligência artificial (IA). Especialistas ressaltam a importância dessa tecnologia e apontam que ela irá revolucionar o mundo.

Não dá para negar que as empresas mais tecnológicas do mundo já estão de olho, estudando e aplicando essa tecnologia. A área da Saúde, por exemplo, tem aproveitado os benefícios da IA. Cientistas da Universidade de Cambridge, no Reino Unido, utilizaram um robô de IA para localizar compostos capazes de inibir a enzima responsável pelo desenvolvimento do *Plasmodium*, parasita causador da malária, doença que mata cerca de 0,5 milhão de pessoas no mundo por ano.

Além desse, existem diversos casos de outros setores, como o agrícola, que tem lançado mão de ferramentas de IA para ajudar a superar o desafio de produzir mais alimentos para uma população crescente preservando os recursos naturais. A tecnologia já é uma realidade na agricultura. E não é "qualquer" tecnologia. A agricultura de precisão e o uso de *big data* e de ferramentas de análise, que vão desde o plantio até a colheita, já fazem parte do dia a dia dos produtores. Esse é um grande avanço, e podemos evoluir ainda mais.

Hoje, o agricultor tem informações e dados sobre toda a sua lavoura na palma da mão. São dados que o ajudam a tomar decisões que impactarão a safra. Por mais plataformas, *softwares* e dados que o agricultor tenha, ele ainda precisa tomar decisões, que variam de quarenta a cinquenta por safra. Agora, imagine se máquinas pudessem tomar decisões sozinhas.

Isso já é uma realidade nos Estados Unidos. A The Climate Corporation, por exemplo, já tem empregado IA para diagnosticar doenças nas culturas de milho, soja e trigo, amenizando perdas na produção agrícola. O método de *machine learning* tem tido um grande desempenho para categorizar estresses sofridos pelas plantas, diagnosticando doenças. Desta forma, é possível expandir as tecnologias digitais e acrescentar novas camadas de dados para alimentar o mecanismo de pesquisa e inovação, permitindo o desenvolvimento de novos recursos para os agricultores.

No Brasil, temos um caminho um pouco mais longo a percorrer. A realidade da IA para a agricultura tropical é diferente em relação a outros setores. Há muitas variáveis



quando falamos sobre lavoura, como o clima, que mudam de uma região para outra ou, até mesmo, de uma safra para outra. E, dentro de uma mesma safra, há variações: culturas diferentes, pragas específicas por cultura e por região e o próprio ecossistema. Enquanto humanos têm ciência de todas essas questões para tomar decisões, máquinas ainda não estão aptas a trabalhar sem um padrão ou sem sensores mais precisos. Elas também têm muito o que aprender.

Estamos trabalhando no desafio de produzir mais alimentos, nos próximos anos, usando o mesmo espaço cultivável disponível para a agricultura e preservando os recursos naturais. Isso só vai ser possível com as soluções disponibilizadas pela era digital, que já chegou ao setor. A agricultura no Brasil ainda precisa aprofundar-se mais, colhendo dados, aprendendo com eles e conhecendo cada vez mais a realidade do produtor rural e as dificuldades que temos no campo. A agricultura brasileira é uma das mais tecnológicas, sustentáveis e produtivas do mundo e poderá ser ainda mais eficiente ao levar toda essa revolução digital presente na sociedade para o campo também. ■



SHUTTERSTOCK

CRESCER NUM ANO DE TANTOS DESAFIOS. SINAL DE QUE ESTAMOS PREPARADOS PARA O NOVO. E PARA IR MUITO ALÉM.

Em 2020, a Ubyfol completou 35 anos. Um motivo a mais para comemorar tantas conquistas neste ciclo. E num momento em que o mundo foi desafiado, pudemos entender a importância de estarmos ao lado de nossos parceiros. E da confiança de cada um deles no nosso trabalho. Nossa gratidão a todos que caminharam com a gente. Estamos preparados para o futuro. Vamos juntos?

35 ANOS

NOSSA IDENTIDADE ESTÁ NO CAMPO.











www.ubyfol.com

UBYFOL
Excelência em Nutrição Vegetal

NÃO INCIDÊNCIA DE IMPOSTO SOBRE AS ÁREAS DE RESERVA LEGAL

PERSION ALDEMANI MARTINS DE FREITAS*

O IMPOSTO sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) não incide sobre as Áreas de Reserva Legal (ARL), porque estas estão exclusas da base de cálculo do tributo, consoante preceitua o art. 10, II, alínea "a", da Lei nº 9.393/96. É importante registrar que não se trata de isenção, mas de hipótese de não incidência tributária. Entretanto, o fisco reiteradamente tem glosado as declarações e tributado essas áreas, sobretudo pela suposta não comprovação do contribuinte.

O conceito de Reserva Legal (RL) define como obrigatória a manutenção de área com cobertura de vegetação nativa localizada dentro de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural e com os objetivos de contribuir com a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção da fauna silvestre e da flora nativa, nos moldes do art. 12, incisos e alíneas, da Lei nº 12.651/12 (novo Código Florestal).

A Receita Federal do Brasil (RFB), no entanto, tem condicionado a não incidência do imposto sobre a ARL à apresentação do protocolo tempestivo do Ato Declaratório Ambiental (ADA), juntamente à averbação da ARL perante a matrícula do imóvel rural. Contudo, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) consolidou o entendimento com efeito vinculante sobre a desnecessidade de apresentação do ADA quando a ARL estiver averbada na matrícula em data anterior ao fato gerador (Súmula nº 122 do CARF).

Todavia, sustentamos que a comprovação da ARL não está subordinada ou condicionada a uma averbação no registro imobiliário conforme preceitua o ente tributante. A fundamentação legal para essa exigência está defasada, porque partiu da premissa do art. 16, § 8º, da Lei nº 4.771/65 (antigo Código Florestal). No entanto, esse dispositivo legal foi expressamente revogado pelo art. 83 da Lei nº 12.651/12.

É notável que, na literalidade do art. 10, § 1º, II, alínea "a", da Lei nº 9.393/96, em conjugação ao art. 18, § 1º a § 4º, da Lei nº 12.651/12, não está obrigada a averbação da ARL no registro imobiliário. Deste modo, a comprovação da ARL, inclusive com a finalidade de não incidência tributária, dar-se-á mediante a mera inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu novo sentido e alcance à norma que trata da averbação da ARL na matrícula. Considerando que o revogado art. 16, § 8º, da Lei nº 4.771/65 foi substituído pelo art. 18 da Lei nº 12.651/12, a Corte Superior entendeu que houve a substituição do instituto da averbação cartorária pela inscrição no CAR, por força da nova realidade normativa, que manteve a eficácia da norma protetiva ambiental, consoante o Recurso Especial (REsp) nº 1.356.207-SP.

Por essa razão, concluímos que, como resultado da alteração da legislação ambiental, sobretudo pela análise sistêmica com a lei tributária, a não incidência do imposto sobre as ARL mediante a inscrição no CAR decorre da própria lei, tornando desnecessária a averbação das ARL perante o registro imobiliário, bastando apenas a inscrição no CAR para a fruição da não incidência do ITR sobre as ARL. ■



SHUTTERSTOCK

Este artigo representa a opinião do autor, e não necessariamente a opinião da revista ***Agroanalysis***.

*Advogado especialista em Direito Tributário e Direito do Agronegócio e sócio da Aldemani Martins Advogados



LAVOURA DE CAFÉ

COOXUPÉ REGISTRA UM AUMENTO NA QUALIDADE DO CAFÉ DA SAFRA 2020

A Cooperativa, por meio de programas de aperfeiçoamento do manejo, de orientação técnica e de incentivo como o Especialíssimo, alcançou o patamar de 80,9% de café fino na colheita deste ano.

A COOPERATIVA Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé) registrou um aumento na qualidade do café proveniente do período de colheita da safra 2020. Neste ano, 80,9% do produto foi classificado como fino.

O resultado é um reflexo dos programas da Cooperativa com foco em aperfeiçoamento do manejo, orientação técnica e incentivo, como o Especialíssimo, que premia os cooperados que produziram café de maior qualidade.

Neste ano, o Especialíssimo recebeu 49.985 sacas de cafés especiais, entregues por 431 cooperados. E a quantidade de lotes também superou as expectativas, totalizando 771.

Para participar do programa da Cooxupé, os cafés produzidos precisam ter um índice de qualidade acima de 83 pontos, sendo selecionados cinquenta lotes (35 de Natural e quinze de Cereja Descascado). Em 2020, os lotes foram avaliados por um comitê de Q-Graders composto por doze provadores da Cooxupé e da SMC Specialty Coffees, liderados pelo professor da Universidade Federal de Lavras (UFLA) Flávio Borém. "Das cinquenta amostras, mais de 80% pontuaram acima de 83. O Especialíssimo deste ano representa uma mesa de cafés que deixa qualquer comprador internacional satisfeito", diz Borém.

O superintendente comercial da Cooxupé, Lúcio de Araújo Dias, destaca a melhora da qualidade do café produzido pelos cooperados nos últimos anos. "A qualidade dos nossos cafés tem nos permitido a conquista do mercado, porque estamos atendendo as exigências e os desejos dos grandes consumidores. Todos os cinquenta lotes do Programa Especialíssimo estão comercializados para empresas do Japão, dos Estados Unidos e da Europa", revela.

A gerente comercial da SMC, Maria Dircéia Mendes, ressalta que o propósito da empresa da Cooxupé – com atuação no mercado de cafés especiais – é levar esse tipo de café ao mercado com a mesma excelência de quando foi produzido. "Para ser vendido como especial, o café precisa ter uma boa

apresentação junto ao cliente. Mesmo com as dificuldades por conta da pandemia, reinventamo-nos e seguimos com a premiação, fomentando esse nicho de mercado", conta.

O gerente de Desenvolvimento Técnico da Cooxupé, Mário Ferraz, afirma que as condições climáticas favoreceram o aumento na qualidade do café produzido, mas que o empenho dos cooperados em adotar as boas práticas de pós-colheita visando produzir lotes de cafés especiais é essencial. "Tivemos um período de florada muito uniforme, e ocorreram um período de chuva bem expressivo na fase de granação e um período de clima seco na fase de colheita. No entanto, a dedicação dos produtores em relação aos cuidados necessários no manejo para a produção de cafés especiais está dando resultados", relata Ferraz.



CINQUENTA LOTES DE CAFÉ DE COOPERADOS FORAM SELECIONADOS PELO PROGRAMA

ESTÍMULO AO CAFÉ ESPECIAL

O presidente da Cooxupé, Carlos Augusto Rodrigues de Melo, destaca que a Cooperativa, por meio do seu Departamento de Desenvolvimento Técnico, tem incentivado os produtores a adotarem técnicas de manejo, em busca de cafés com mais qualidade. "Os cooperados estão encontrando no segmento de cafés especiais melhores oportunidades para agregar valor a seus cafés e conquistar mais rentabilidade na atividade. A cada ano, estamos colhendo bons resultados devido ao empenho deles", afirma o presidente.

Para o vice-presidente da Cooxupé, Osvaldo Bachião Filho, o Especialíssimo é uma demonstração de que o Brasil tem potencial para disputar o mercado internacional de forma competitiva. "O Especialíssimo não é um concurso; é uma seleção. Por meio desse programa, apresentamos os nossos melhores cafés da safra. Para o café ser especial, é preciso que o produtor tenha capricho, já que produzir café de pontuação alta não é uma tarefa fácil. O Brasil tem potencial para mostrar ao mercado internacional que não trabalha somente com *commodities*", diz Bachião Filho.

Para a realização do trabalho de classificação, a Cooxupé mantém os laboratórios em Guaxupé e Monte Carmelo (ambos em Minas Gerais), que são responsáveis pela manutenção do padrão e da qualidade do café produzido pelos mais de 15 mil cooperados. Em média, as unidades recebem cerca de 1.100 amostras por dia, o que é equivalente a 70 mil sacas de café. Para atender essa demanda, são realizadas, em média, novecentas provas por dia.



O CLIMA FOI FUNDAMENTAL PARA A QUALIDADE DO CAFÉ NA SAFRA 2020

SELECIONADOS E CAMPEÕES

O café Arábica produzido pelo cooperado Wilson Vicente Soares, na cidade de Capitólio-MG, foi o campeão do Programa Especialíssimo da Cooxupé e revelado como o lote de melhor qualidade da safra 2020 na área de atuação da Cooperativa. Ele foi premiado com o valor de R$ 25 mil. O café vice-campeão é de Caldas-MG e é de propriedade do cooperado Edir José de Carvalho, que ficou com o prêmio de R$ 20 mil. Já o terceiro lote de café mais bem avaliado é de Nova Resende, no sul mineiro, do produtor Ricardo Bachião D'olivo, premiado com R$ 15 mil.

O Programa Especialíssimo foi criado em 2016 e, desde 2019, vem premiando os cooperados por meio dos cinquenta lotes selecionados. Neste ano, a premiação total foi de R$ 229 mil. ■



SHUTTERSTOCK

ESPECIAL CADEIA PRODUTIVA DE CAFÉ

CAFEICULTURA DEMONSTRA RESILIÊNCIA EM UM 2020 ATÍPICO



SILAS BRASILEIRO
Presidente executivo do Conselho Nacional do Café (CNC)

O ano 2020 foi marcado pela atipicidade causada pela pandemia do novo coronavírus, com impacto sobre todos os setores da economia no mundo. A cadeia produtiva da cafeicultura brasileira, contudo, demonstrou-se resiliente, com a adoção de medidas preventivas e de combate à disseminação da COVID-19, como a cartilha elaborada pelo CNC, pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG) e por outras entidades. Isso permitiu um andamento dentro da normalidade possível, com segurança à saúde de produtores e trabalhadores, da colheita.

Apesar das adversidades, o ano de 2020 sinaliza ser positivo, com o bom volume colhido pelos cafeicultores. As 61,6 milhões de sacas apuradas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), somadas ao estoque de passagem, constituem um volume suficiente para honrar o consumo interno e as exportações. Essa situação mantém o País como o segundo maior consumidor global, com cerca de 21 milhões de sacas, e o principal provedor mundial, com embarques a superar 40 milhões de sacas.

Essa produção passou, destacadamente, pelas mãos das nossas cooperativas, cujo *market share* se ampliou na safra 2020, muito em função da atratividade dos benefícios disponibilizados aos cooperados e das ações preventivas e preparatórias adotadas para garantir o recebimento, junto aos melhores cenários de comercialização do produto.

Também chama a atenção a excepcional qualidade da safra. O clima contribuiu nos momentos adequados e potencializou as características dos cafés do Brasil. Esse quadro proporcionou a otimização dos atributos dos frutos, reforçando que, além de sustentabilidade exemplar no campo, a cafeicultura gera bebidas de excelência.

Na esfera política, a atuação do CNC no Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC) conduziu trabalhos para a liberação recorde de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). Beneficiados, produtores, comerciantes e industriais operaram nas linhas de Custeio, Estocagem, Financiamento para Aquisição de Café e Recuperação de Cafezais Danificados, no montante de R$ 5,710 bilhões.

Essa liberação permitiu um melhor ordenamento da safra. Os produtores trabalharam de forma exemplar nas vendas antecipadas, travando preços e garantindo renda na atividade. Com isso, no decorrer do ano-safra, comercializaram o restante do produto nas melhores perspectivas de mercado.

A conquista em relação ao Funcafé só foi possível por meio dos trabalhos conjuntos entre o Governo e o setor privado no CDPC. Todos os segmentos da cadeia se fizeram presentes, com sete cadeiras, gerando um equilíbrio na definição da condução da política cafeeira, já que o setor público também possui sete cadeiras, representado pelos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Economia (ME) e das Relações Exteriores (MRE).

O formato do CDPC, além de orçamentos recordes, proporciona um maior investimento em pesquisa e tecnologia. Esse fator mantém e eleva a vanguarda da nossa cafeicultura em nível mundial. A atividade fica mais competitiva e sustentável, garantindo o fornecimento de cafés com respeito ao meio ambiente, ao compromisso social e à geração de receita para os produtores. Isso, consequentemente, dá robustez à economia nas regiões onde a cultura está presente.

Dentro da cesta de positividades observada, o avanço da cafeicultura 4.0 destaca-se e demonstra uma atividade contemporânea. A internet das coisas (*internet of things* – IoT) e a vinculação dos trabalhos do campo a processos automatizados e digitalizados são crescentes. Essas tecnologias contribuem para a redução dos custos e a otimização da produção, sendo um diferencial para a contínua evolução do negócio.

As exportações também apresentam um bom desempenho no ano e, se não baterem recorde, aproximar-se-ão dos maiores níveis históricos. O consumo no País não foi impactado de forma significativa e deve permanecer em torno de 21 milhões de sacas. Para expor um pouco dessa realidade de 2020 dos cafés do Brasil, o CNC traz, neste 15º Caderno Especial Cadeia Produtiva de Café da **Agroanalysis**, representantes da cadeia que pontuarão os destaques de cada segmento. Boa leitura!

CAFEICULTURA 4.0: MAIS DO QUE EVOLUÇÃO, UMA NECESSIDADE!

MINASUL



LUIS HENRIQUE ALBINATI
Diretor de Novos Negócios da Minasul – Cooperativa de Varginha

Muito se tem falado a respeito da agricultura 4.0 e da utilização dos recursos tecnológicos para a digitalização e a automação de processos ligados à produção. A busca permanente pela otimização da produção cafeeira passa pela produtividade das lavouras, mas outras variáveis integram a rentabilidade e a perenidade do "negócio café", tais como gestão dos custos, qualidade do produto, sustentabilidade ambiental e social e rastreabilidade dos grãos.

Esses itens representam diferenciais competitivos exigidos pelo mercado, fato relevante para a garantia de renda a pequenos, médios e grandes produtores. Nesse cenário, mais do que nunca, a cafeicultura 4.0, ou simplesmente a digitalização da cadeia produtiva de café, já aponta para a necessidade e o desenvolvimento do uso da tecnologia digital disponível para apoiar os processos produtivos.

Surge, então, uma demanda latente por sistemas de telemetria e gestão remota de máquinas e equipamentos. Com isso, cresce o uso intensivo de dispositivos de IoT para sensoriamento e monitoramento das lavouras de café em tempo real. Há uma corrida para a obtenção de dados que alimentem sistemas de *big data analytics* e inteligência artificial (IA).

Reforçando a necessidade de tecnologia aplicada no quesito qualidade do café, dois itens adicionais destacam-se e dependem cada vez mais de suporte tecnológico:

- O registro da rastreabilidade dos grãos produzidos, desde a lavoura até o consumidor, usando-se a tecnologia *blockchain*; e

- A certificação de melhores práticas em conformidade com a sustentabilidade e com o registro adequado e confiável de todo o processo produtivo em nível de lote.

Outras soluções necessárias ao desenvolvimento da cafeicultura 4.0 são resultantes da associação de tecnologias. Esse é o caso da análise de imagens coletadas por veículos aéreos não tripulados (VANTs) e *drones*, com geração de dados que "ensinam" algoritmos de IA a produzirem diagnósticos das lavouras e previsão de safra.

Essas informações consolidadas atendem as necessidades dos produtores rurais, dos financiadores da produção e das

agências seguradoras, que podem ter uma melhor análise e fazer o monitoramento dos riscos ou dos sinistros.

Há um trabalho intenso desenvolvido por entidades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) brasileiras e internacionais ligadas ao agronegócio na busca de viabilizar o uso de recursos digitais sob o conceito de agricultura de precisão. Para que a cafeicultura 4.0 tenha uma aplicação massiva, teremos de superar a barreira da falta de conectividade, pois falta de acesso à internet nas áreas rurais é o principal limitante dessa evolução.

O sistema cooperativo brasileiro despertou, há tempos, diversos *cases* de aplicação da cafeicultura 4.0, como a Minasul, com sede em Varginha, no sul de Minas Gerais. Na sua atuação como incentivadoras e orientadoras do uso de tecnologia digital, plataformas integradas promovem o fomento, o desenvolvimento a e aplicação de novas soluções.

Por meio de um sólido relacionamento com empresas de tecnologia e prestadores de serviços digitais, a cooperativa desenvolve proposições em conjunto com os parceiros tecnológicos em conformidade com as reais necessidades dos seus associados. Atualmente, a Minasul apoia as atividades na comercialização de café, no controle de estoque do produtor, nas vendas futuras, na emissão de guias de transporte, na movimentação financeira, no cadastro dinâmico, entre outras facilidades de emprego cotidiano, por meio do seu **AgroApp Minasul** ou do portal do cooperado, acessível em www.minasul.com.br.

SUSTENTABILIDADE E COMPOROMISSOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DO CAFÉ BRASILEIRO

Cecafé
Conselho dos Exportadores de Café do Brasil





MARCOS MATOS
Diretor-geral do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ)
EDUARDO HERON
Diretor técnico do CECAFÉ
LILIAN VENDRAMETTO
Gestora de Sustentabilidade do CECAFÉ

Como legítimo representante do setor exportador e parceiro dos produtores e das indústrias, o CECAFÉ acredita na sustentabilidade do agronegócio café brasileiro. Nesse sentido, cumpre as leis trabalhistas e ambientais do País, consideradas das mais avançadas e rígidas do Planeta, com a geração de resultados econômicos consolidados. A eficiência e a organização do comércio permitem a exportação do café brasileiro a cerca de 130 países, com participação global em torno de 40%, conforme evolução verificada entre 1970 e 2019.

O CECAFÉ acompanha com atenção o cenário político mundial e as mudanças nas relações internacionais pós-eleições norte-americanas, que afetam o agronegócio brasileiro, seja no comércio agrícola global ou nas questões de políticas ambientais e climáticas.

Com a confirmação da vitória do candidato democrata, uma das mudanças da gestão Biden nas relações internacionais será o resgate da liderança exercida pelos Estados Unidos na coordenação multilateral do mundo. As suas conexões diplomáticas buscarão uma maior estabilidade política, comercial e financeira. No pós-Segunda Guerra Mundial, os norte-americanos reafirmam acordos e fortalecem as Organizações Mundiais da Saúde (OMS) e do Comércio (OMC), com um possível retorno à Organização Internacional do Café (OIC).

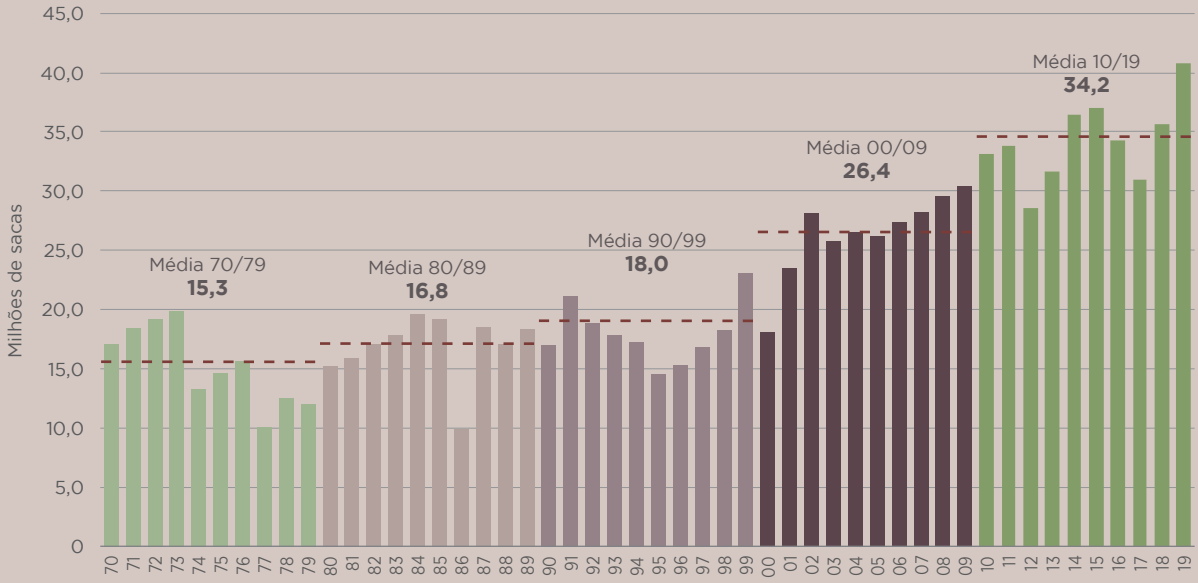
Nesse contexto, deve crescer a pauta ambiental, centrada em temas como o Acordo de Paris, as estratégias de mitigação das anomalias climáticas e os mecanismos de desenvolvimento limpos. Também devem ganhar destaque e ocupar espaço nas discussões as preocupações sociais, como a saúde pública e a segurança biológica, englobando a segurança alimentar, como resposta à pandemia.

Internamente, a agenda democrata já indica a expansão de um programa de apoio à prestação de serviços ambientais para os produtores rurais utilizarem as boas práticas agrícolas, principalmente as baseadas em sequestro de carbono do solo.

O retorno do diálogo em relação à mudança do clima deverá causar impacto sobre o Brasil, com pressão para o governo federal mostrar um compromisso em relação ao desmatamento ilegal no País. Caberá, então, uma agenda mais positiva e protagonista para aprimorarmos as ferramentas de verificação, de acordo com o Código Florestal Brasileiro (CFB), principalmente nas questões de regularização fundiária e ambiental.

No âmbito geral, assistiremos a estímulos às exportações americanas e investimentos em energias renováveis, com fortalecimento das políticas voltadas aos biocombustíveis e da compra de produtos locais mais amigáveis ao meio ambiente. A

BRASIL: EXPORTAÇÕES DE CAFÉ DE 1970 A 2019
(MILHÕES DE SACAS)



Fonte: CECAFÉ (2020)

estratégia deve ser o diálogo, com identificação clara e assertiva dos interesses e dos desafios nacionais a serem vencidos. A tentativa de uma maior conectividade com atores do cenário político internacional fortalece laços e relações diplomáticas. Evitar confrontos desnecessários, com a retomada de uma comunicação positiva, promove a pujança e a vocação do agro nacional como provedor global de alimentos.

O Código de Ética e Conduta do CECAFÉ demonstra o compromisso do setor exportador de ampliar ainda mais os projetos socioambientais de sucesso e continuar a promover a imagem do agronegócio café brasileiro, atendendo os mais diversos e exigentes mercados do mundo.

CAFÉ SOLÚVEL DE OLHO NO MERCADO INTERNO



AGUINALDO LIMA
Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (ABICS)

O Brasil registrou recorde nas exportações de café solúvel em 2019, embarcando 4 milhões de sacas de 60 quilos a 104 países. Continuamos mais líderes mundiais do que nunca, em produção e exportação, graças à competência tecnológica e comercial das indústrias, que proporcionam produtos de qualidade e credibilidade, garantidos e submetidos a certificações de alta credibilidade.

Nenhum outro país tem o tamanho e a capacidade de produção do parque industrial brasileiro de solúvel. Aliados à forte competitividade proporcionada pelos cafeicultores, os cenários sinalizam perspectivas favoráveis. Mesmo com os impactos da pandemia de COVID-19, ampliamos os embarques, com a indicação de mais uma quebra de recorde em 2020.

Com a liderança mundial consolidada e em ritmo crescente, as estratégias voltam-se ao desafio de avanço do consumo no mercado interno. No mundo, o solúvel corresponde a 27% do consumo total; já no Brasil, segundo maior consumidor global, não passa de 5%, ou o equivalente a 1 milhão de sacas diante de um consumo total perto de 22 milhões.

Para crescer no mercado interno, a ABICS contratou, em 2018, a experiente cafeóloga Eliana Relvas para conhecer melhor as aplicabilidades e as formas de uso dos diversos tipos de produtos elaborados pelas indústrias. Em 2019, lançamos as marcas institucionais do café solúvel do Brasil nos mercados externo e interno, viabilizadas pelo acordo de cooperação com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). Nasceu, assim,

a marca Crie & Curta, para estimular os consumidores brasileiros a inovarem no preparo de seus cafés solúveis.

O trabalho desenvolvido sob a coordenação de Eliana Relvas e Aline Garcia, pesquisadora do Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital), na sequência, construiu uma inédita metodologia de análise sensorial do produto, com a participação de dezoito especialistas das indústrias detentoras das maiores marcas de solúvel, uma rede de cafeterias e uma empresa especializada em produtos naturais e orgânicos.

A metodologia surgiu como um protocolo de análise e permitiu entender características e nuances do solúvel em toda a sua amplitude, assim como se faz na análise de um café torrado. A intenção é dar uso global a esse protocolo por meio de estratégias viabilizadas juntamente à Apex-Brasil. E, como complemento, a ABICS desenvolve um aplicativo para facilitar a vida de especialistas, profissionais de classificação e baristas.

Assim, criamos um modelo de treinamento de café solúvel e editamos um manual para explicar tudo sobre o produto, da fabricação ao consumo. As informações podem ser baixadas em www.abics.com.br. O treinamento de baristas será, agora, incorporado nos cursos oferecidos pelo Centro de Preparação de Café do Sindicato da Indústria de Café do Estado de São Paulo (Sindicafé-SP) e pelo Museu do Café de Santos, ambos com acordos de cooperação firmados com a ABICS.

A ABICS, com as suas associadas Cacique, Cocam, Iguaçu, Nestlé, Realcafé, Café Campinho, JDE, 3 Corações e Melitta, responde por mais de 90% do café solúvel produzido e consumido no País. Planejamos, também, lançar uma campanha de *marketing* digital com novidades para interação com diversos tipos de público, levando conhecimento e convidando o consumidor a experimentar as suas praticidades e múltiplas aplicações.

Essa inédita movimentação pretende ampliar o uso do solúvel em complementaridade às diversas formas de se tomar café. Com isso, elevamos o seu consumo entre públicos que, até então, não viam no café uma bebida energética para práticas esportivas e atividades ao ar livre, por exemplo. O momento é muito favorável. Internamente, desde 2016, temos um crescimento contínuo em volume de 3,4% ao ano. Quando comparamos o período de janeiro a setembro de 2020 ao mesmo período de 2019, o avanço é de 8%, apontando para uma evolução total, neste ano, próxima a 10%.

Isso é algo fantástico para o solúvel, tendo em vista a fase de estagnação por falta de novidades de produtos e embalagens. Hoje, não faltam inovações, que, a toda hora, chegam às prateleiras dos supermercados, apresentadas em embalagens criativas e arrojadas. Assim, o café solúvel do Brasil firma-se na liderança mundial e, agora, reescreve a sua história junto aos consumidores brasileiros.

EM UM ANO DE SAFRA ALTA, O CÂMBIO IMPULSIONA PREÇOS E A MARGEM DE PRODUÇÃO É ESTREITA



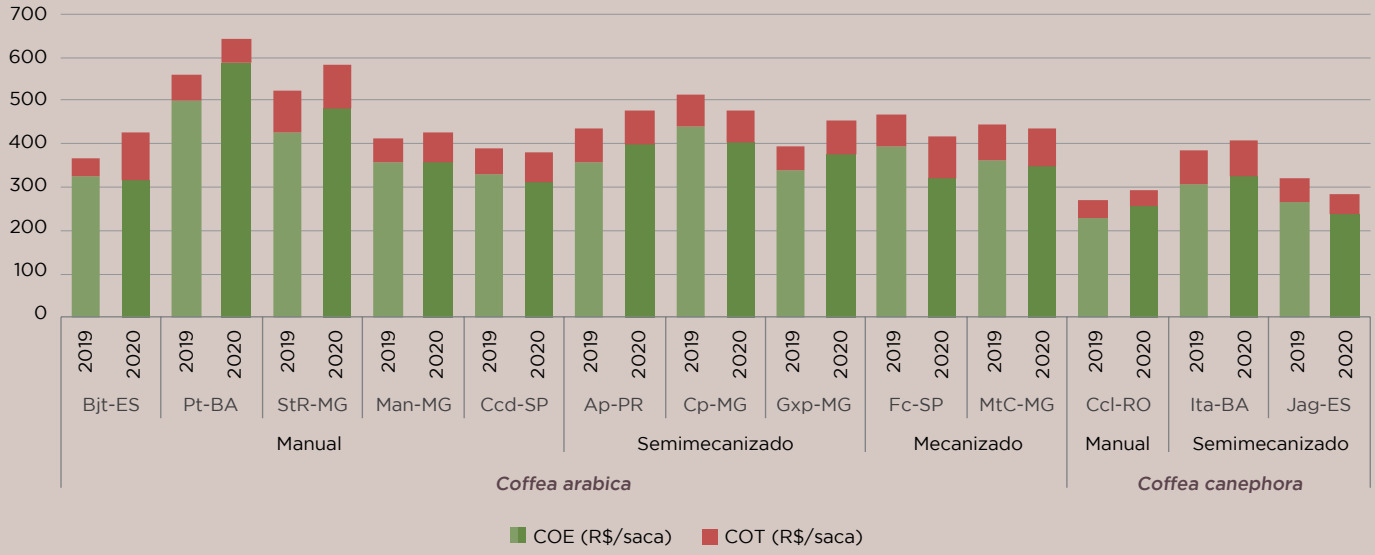

BRENO MESQUITA
Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
RAQUEL V. M. MIRANDA
Assessora técnica da Comissão Nacional do Café da CNA

O projeto Campo Futuro, da CNA em parceria com o Centro de Inteligência em Mercados da Universidade Federal de Lavras (CIM/UFLA), realizou, em 2020, o levantamento dos custos de produção e dos indicadores técnicos e econômicos em treze municípios das principais regiões produtoras de *Coffea arabica* e *Coffea canephora* do Brasil.

Com o aumento dos preços no mercado interno, a receita superou os custos de produção. Nove municípios operaram com Margem Líquida (ML) positiva. Isso vem após a crise de 2019, um dos piores momentos vivenciados pela cafeicultura, quando todos os municípios apresentaram ML negativa.

No café Conilon, em comparação a 2019, o Custo Operacional Efetivo (COE) teve uma elevação média (5%), recaindo o maior impacto sobre o item dos fertilizantes (20%). No COE do Arábica, houve aumentos nos sistemas de condução manual (7%) e semimecanizado (3%), sendo o item de maior impacto a mão de obra (19%), devido à menor disponibilidade de trabalhadores safristas em decorrência da pandemia. Os gastos com fertilizantes variaram, com incremento de até 35% no município de Guaxupé-MG.

COMPARATIVO ENTRE OS CUSTOS DE PRODUÇÃO DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE CAFÉ PARTICIPANTES DO PROJETO CAMPO FUTURO



COE = Custo Operacional Efetivo; COT = Custo Operacional Total
Regiões: Brejetuba (Bjt-ES); Piatã (Pt-BA); Santa Rita do Sapucaí (StR-MG); Manhumirim (Man-MG); Caconde (Ccd-SP); Apucarana (Ap-PR); Capelinha (Cp-MG); Guaxupé (Gxp-MG); Franca (Fc-SP); Monte Carmelo (MtC-MG); Cacoal (Ccl-RO); Itabela (Ita-BA); Jaguaré (Jag-ES)

Mesmo com a elevação do COE, a Receita Bruta (RB) média dos preços no mercado físico de cada região foi superior no Arábica (37%) e no Conilon (22%) em comparação à RB média de 2019. Essa variação positiva compensou os maiores desembolsos com fertilizantes e mão de obra.

No caso do Arábica, a média dos vencimentos diários do "contrato c" no acumulado de janeiro a outubro de 2020 valorizou-se em 12%, ou seja, a valorização foi real. Para o Conilon, as cotações internacionais ficaram em patamares semelhantes a 2019, enquanto a valorização do produto no mercado interno refletiu apenas a desvalorização cambial da moeda brasileira.

Embora a desvalorização do real tenha resultado em um balanço positivo para a cafeicultura em 2020, as flutuações do câmbio criam incertezas para os cafeicultores. De um lado, há a possibilidade de preços internos mais elevados; de outro lado, no médio e no longo prazos, o aumento dos custos com insumos e maquinários cotados em dólar pode não ser compensado pela valorização do café apenas no mercado físico.

Importantes regiões cafeeiras enfrentaram a pior seca dos últimos vinte anos. O severo estresse hídrico, associado às altas temperaturas, comprometeu o pegamento das floradas e o desenvolvimento dos frutos para a safra de 2021. Isso pode comprometer o desenvolvimento vegetativo e a definição do potencial produtivo de 2022. Esse cenário acende um novo alerta para a cafeicultura quanto à produção e à rentabilidade para os próximos anos.

Atenta ao momento, a CNA obteve duas importantes conquistas para os cafeicultores. Primeiro, a liberação de R$ 150 milhões para a linha de Recuperação de Cafezais Danificados, visando à mitigação dos prejuízos já sofridos pelas intempéries climáticas. Segundo, a elevação do percentual de subvenção ao prêmio do seguro rural para 40% em todos os produtos direcionados à cafeicultura.

O setor vem de um ciclo histórico de preços baixos, com acúmulo de prejuízos que não serão revertidos em uma única safra. Esse cenário de constantes oscilações reforça a importância de um dos pilares trabalhados pelo Sistema CNA por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR): a gestão da propriedade rural.

Os programas de assistência técnica e gerencial permitem ao produtor conhecer de forma detalhada os custos de produção e as ferramentas de planejamento. A gestão e a mitigação de riscos possibilitam atenuar os períodos de crise com uma redução das margens, bem como ampliar ganhos nos momentos de recuperação dos preços e reação do mercado. ■

A ***Agroanalysis*** agradece a participação e a colaboração de Paulo André Kawasaki, coordenador da Assessoria de Comunicação do CNC.



FIESP

REUNIÃO DO COSAG

TEMAS DE PRIORIDADE PARA O AGRO

A reunião do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag) foi realizada em 10 de novembro último, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

ABERTURA



JACYR DA SILVA COSTA FILHO

Presidente do Cosag/Fiesp e membro do Comitê Executivo do Grupo Tereos

Teremos dois temas para serem apresentados e debatidos na nossa reunião. Sabemos da agenda carregada das personalidades presentes, seja como palestrantes ou comentaristas, nesse evento, bem como dos conselheiros do Cosag. Agradecemos a todos a disponibilidade de tempo para prestigiarem esse encontro mensal. Essa mobilização motiva o aprimoramento do nosso trabalho conjunto.

Com pesar, comunicamos o falecimento do conselheiro Dr. Cristiano Simon, membro do Cosag desde o seu início. Engenheiro-agrônomo formado pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP) em 1965, ele fez carreira como executivo por diversas empresas químicas e, principalmente, como presidente da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef).

TEMA 1

REFORMA TRIBUTÁRIA E OS SEUS EFEITOS NO AGRONEGÓCIO



HELENO TAVEIRA TORRES

Professor titular de Direito Financeiro do Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (DEF/FD/USP)

Ao lado do petróleo e da mineração, o agronegócio conduz o Brasil para o futuro, pelo qual temos grande responsabilidade. Quanto à reforma tributária, em tramitação no Congresso, analisaremos a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/19, da Câmara, a PEC nº 110/19, do Senado, e, também, o Projeto de Lei (PL) nº 3.887/20, do Executivo.

Falta coordenação política no Sistema Tributário Nacional (STN). No caso da arrecadação do Imposto sobre a

Propriedade Territorial Rural (ITR), por exemplo, a União transfere 100% para os municípios conveniados fazerem esse serviço. Então, alguns atos administrativos locais, provocadores de anormalidades, estabelecem tratamentos tributários diferenciados.

Apoiamos o interesse do governo federal de integrar a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Mas, quando isso acontecer, teremos de aderir aos métodos dessa instituição. Para isso, precisamos reestruturar o sistema de tributação, com soluções para o desenvolvimento, e não somente com propósitos arrecadatórios.

Tivemos a aprovação da Política Nacional de Biocombustíveis (Lei nº 13.576/17), conhecida como RenovaBio, com normas consideradas um salto em termos de qualidade. Veio, a seguir, aquela que ficou conhecida como MP do Agro (Medida Provisória nº 897/19), que instituiu uma alíquota no certificado para a retirada do CO_2 da atmosfera, o Crédito de Descarbonização (CBio). Como faltou a definição das regras de incidência e da base de cálculo, o ambiente ficou inseguro para gerar negócios.

Necessitamos da reforma tributária para tornar os produtores competitivos. Sazonal, perecível e sujeito a fatores biológicos, o agronegócio exige um tratamento diferenciado. Na aplicação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), falta definir os bens de exportação e os serviços de armazenagem e transporte.

No Ministério da Economia (ME), procuramos esclarecer alguns pontos de uma reforma tributária a ser feita no plano infraconstitucional, sem alterar o sistema tributário constitucional. Assim como nas reformas das décadas de 1960 e 1970, cabe ao ME apresentar as grandes balizas.

Na tributação pelo mundo hoje, não encontramos casos de tributação única como sugerido para o Imposto de Bens e Serviços (IBS). Existem diversas sugestões alternativas. Temos de retomar a vocação do ICMS, ampliar a Lei Complementar (LC) nº 87/96, resolver problemas de guerra fiscal, reduzir a substituição tributária e dar o direito de crédito inerente ao princípio da não cumulatividade.

O Fundo Estadual de Transporte e Habitação (FETHAB), criado pela Lei Estadual nº 7.263/00 em Mato Grosso, com os programas filhotes em outros estados, agravou a situação do produtor rural. Os aumentos da carga tributária com incidências em cascata sem devolução de créditos são problemas no âmbito infraconstitucional.

Não adianta discutirmos os efeitos na cadeia de agronegócio da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), que substituirá o PIS/COFINS. Devemos acomodá-la à Constituição e à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF). Existem reflexões para termos uma reforma tributária infraconstitucional de segurança jurídica, orientada para o desenvolvimento.

O sistema tributário pode construir e destruir toda a vocação do agronegócio. Precisamos trazer as contribuições com uma visão sistêmica e respeito às políticas sem onerações. Precisamos, enfim, aproximar os fundamentos do ICMS e do PIS/COFINS, sem cumulatividade real, com os créditos apropriados e devolvidos.

Um modelo técnico de tributação envolve a combinação de uma menor complexidade, da ideia de destino sem cumulatividade e da garantia de créditos financeiros. Assim, daqui a algum tempo, poderemos fazer uma reforma tributária com a consolidação desses impostos e dessas contribuições.



HELCIO HONDA

Diretor do Departamento Jurídico (Dejur) da Fiesp

A reforma tributária deve simplificar, mas lembremos das complicações trazidas pela reforma constitucional. A PEC nº 45 prevê a extinção de cinco tributos sobre o consumo (IPI, ICMS, PIS, COFINS e ISS), com substituição deles pelo IBS, equivalente ao Imposto sobre o Valor Adicionado (IVA). Como criticamos o período de dez anos para fazer essa transição, fizemos a emenda para, quando entrar o IBS, eliminarmos alguns dos tributos.

No movimento infraconstitucional, a reforma tributária já poderia estar sendo mais trabalhada. Ainda não recebemos a proposta integral do governo federal. A unificação do ICMS envolve 27 legislações diferentes. O princípio da neutralidade deve evitar distorções de preços por causa do desequilíbrio na carga tributária.

Preocupados com a reforma tributária, montamos um Grupo de Trabalho (GT) na Fiesp para acompanhar o seu avanço, com propostas de adequação. Precisamos estar a postos contra os inimigos em torno do contrabando e do mercado ilícito.

TEMA 2

ATUALIZAÇÃO DAS DISCUSSÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE NA UNIÃO EUROPEIA E OS SEUS EFEITOS NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO



MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO
Embaixador do Brasil junto à União Europeia (UE)

Em comparação ao Brasil, com 4,4 milhões de quilômetros quadrados e 448 milhões de pessoas, a UE tem a metade da superfície e o dobro da população. O seu Produto Interno Bruto (PIB), de US$ 16 trilhões, supera o nosso em oito vezes. Ela é a maior potência comercial do mundo, ficando em segundo lugar tanto na exportação (no primeiro lugar, está a China), como na importação (no primeiro lugar, os Estados Unidos – EUA).

Segundo dados do Ministério do Comércio, a UE absorveu, de janeiro a outubro, 13,8% das nossas exportações e respondeu por 17,4% das importações. A UE é a segunda maior importadora de produtos agroalimentares do mundo e, desde 2013, a maior exportadora, incluindo vinhos e azeites. Em 2019, atingiu o valor de US$ 151 bilhões. Essas exportações continuaram crescendo no primeiro semestre deste ano, apesar da crise, atingindo um pouco menos de 3%, e o mesmo aconteceu com as importações. O Brasil é o maior fornecedor de agroalimentares do bloco, posição que alterna com os EUA, e responde por cerca de 10,5% das importações. De janeiro a setembro, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a UE absorveu 16% das nossas exportações agrícolas, sendo 16% da nossa soja, 67% das frutas, 66% dos sucos e 49% do café. O bloco continua sendo a maior fonte de investimento direto estrangeiro no Brasil, com um estoque acumulado e estimado em US$ 340 milhões, segundo o Banco Central do Brasil (BCB). Além disso, o País é o terceiro destino de estoque da UE, depois dos EUA e da Suíça.

Espera-se do PIB da UE uma queda em 2020 (-7,4%) e retomadas em 2021 (4,1%) e 2022 (3,0%). Esses dados não levam em conta as medidas de confinamento na pandemia e, por isso, devem piorar. A COVID acumula, até agora, 12,6 milhões de casos e 299.750 pessoas mortas.

A presidente do Banco Central da UE, Christine Lagarde, disse, em julho, que "a Zona do Euro perdeu, em dois trimestres, o que levou quinze anos para crescer". O desemprego deve subir



SHUTTERSTOCK

em 2019 (6,5%), 2020 (7,7%) e 2021 (8,6%). Sem precedentes, as medidas de incentivo econômico chegam a € 50 bilhões, com suspensão dos limites fiscais inscritos no Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC). Assim, esperam-se aumentos da dívida pública em relação ao PIB para 2019 (86%) e 2020 (102%).

Até aqui, o projeto de integração europeia sai mais forte. Em grande parte, isso se deve à qualidade dos seus líderes, como Angela Merkel (Alemanha) e Emmanuel Macron (França). Na pesquisa de opinião pública, no lugar da imigração, a situação econômica passou a ser a preocupação principal em comparação há um ano, passando de 16% para 35%.

A preocupação com o tema do meio ambiente e clima caiu de 22% para 14%, do segundo para o quinto lugar, passando a ficar depois de economia, finanças públicas, imigração e saúde. Mas esse assunto segue relevante: pesquisas apontam a mudança do clima como um problema grave (93%) e muito grave (79%). Nas prioridades do Compromisso Verde Europeu, predomina o apoio a agricultores (38%), atrás apenas das energias renováveis e do combate à poluição de plásticos.

CRESCIMENTO DO MOVIMENTO VERDE

A participação do Partido Verde no Parlamento Europeu (PE) aumentou em 40% nas eleições de maio de 2019. O Partido pegou o segundo e o terceiro lugares, respectivamente, na Alemanha e na França. De um total de 701 eurodeputados, com a saída do Reino Unido da UE, o Partido Verde passou a ocupar quarenta cadeiras. A Comissão de Meio Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar (ENVI) atrai o interesse dos parlamentares, e o seu diretor é o deputado francês Pascal Canfin, ligado a Macron.

O comissário europeu Phil Hogan reconhece que não houve desabastecimento na pandemia, apesar de ecoar a ideia de o consumidor preferir as cadeias de produção mais curtas e o abastecimento local.

Essa narrativa, tida como um dos ensinamentos da pandemia, pode ameaçar o comércio internacional. Temos de contra-arrestar com argumentos objetivos. Devemos esverdear e humanizar a imagem da nossa agricultura diante do carimbo de ser mega.

Na Alemanha, os verdes surgem como uma segunda força política nas pesquisas para as eleições federais de 2021. Nas eleições da França para 2022, os resultados das últimas votações municipais de Lyon, Marselha, Estrasburgo e Bordeaux mostram vitórias para eles também. O grupo articula-se, ainda, na Áustria, na Bélgica e na Holanda.

Nessa realidade de política objetiva na Europa, a diplomacia comercial precisa trabalhar com os fatos e as expectativas das transações entre agentes econômicos. A UE não vale apenas pelo seu peso relativo como mercado, mas pela condição de reconhecida potência regulatória. O bloco exporta tendências e padrões de conduta para as políticas públicas por meio do chamado efeito Bruxelas, onde fica a sede da UE.

Ursula von der Leyen – que era ministra da Defesa da Alemanha –, depois de assumir a presidência da Comissão Europeia (CE), montou o programa de governo chamado Compromisso Verde Europeu, cujos principais eixos são a sustentabilidade ambiental e o combate à mudança do clima.

Em maio deste ano, foram introduzidas duas importantes estratégias para a agricultura:

- A chamada Fazenda para o Garfo (Farm to Fork), com a ajuda de instrumentos de cooperação internacional, visa fazer uma transição global para sistemas agroalimentares sustentáveis. Via a Política Agrícola Comum (PAC), as medidas visam reduzir o uso de agroquímicos e antibióticos na agricultura, rever a legislação sobre bem-estar animal e estabelecer novas normas de rotulagem nutricional e ambiental.

- A Biodiversidade 2030, que objetiva reduzir o uso geral dos pesticidas químicos (50%) e mais perigosos (55%) e recuperar 10% e manejar com agricultura orgânica pelo menos 25% das áreas agrícolas europeias.

TENDÊNCIAS E PADRÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para o segundo trimestre de 2021, a CE proporá medidas legislativas para promover o combate ao chamado desmatamento importado. As *commodities* mais afetadas seriam o óleo de palma, a soja, a carne, o couro, o cacau, o café, o milho, a madeira e a borracha. De 3 de setembro a 10 de dezembro, está em curso a consulta pública.

As medidas regulatórias e não regulatórias envolvem um compromisso de rotulagem obrigatória e voluntária e métodos de verificação de pegada de carbono. Uma resolução sobre o desmatamento (*deforestation*) aprovada pelo PE recomenda à CE um mecanismo obrigatório de diligência aos operadores econômicos, sejam financiadores ou importadores.

A Federação Europeia dos Fabricantes de Rações (FEFAC, na sigla em inglês) revê os critérios sustentáveis das suas diretrizes. É importante a participação da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e do Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (Sindirações) nesse processo. O momento está oportuno para o setor privado também fazer diplomacia parlamentar.

A UE discute a criação de um mecanismo de ajuste de carbono na fronteira, que poderia assumir a forma de tarifa, para ser proposto até junho de 2021, nas importações de aço, cimento e eletricidade. Essa iniciativa poderá ser estendida a mais produtos, como alumínio, fertilizantes químicos e outros.

Em dezembro de 2019, a cúpula dos líderes da UE endossou o objetivo político de alcançar neutralidade climática até 2050. Em março último, a CE apresentou a proposta de Lei Climática, com meta de redução nas emissões para 2030 (em relação aos níveis de 1990) de 55%. Até junho de 2021, a CE apresentará propostas legislativas na área de clima e geração de energia.

Com investimentos adicionais anuais estimados em € 350 bilhões até 2030, a CE deverá aumentar a pressão para os países elevarem suas metas. Há problemas no cumprimento de seus compromissos ambientais, com aumento recente das queimadas nas áreas de vegetação natural. Pressões migratórias e eventos de terrorismo desafiam o bloco.

Defensora do multilateralismo, a UE não busca se tornar uma superpotência em termos de poder militar duro. O resultado das eleições presidenciais dos Estados Unidos foi recebido com alívio e, até mesmo, euforia, mas também com realismo e objetividade. A UE seguirá na busca de uma autonomia estratégica, de governar a si própria, com margem para fazer escolhas. Na política externa, deverá haver uma forte inflexão na diplomacia política ambiental.

No agronegócio, apesar de serem concorrentes, a Austrália, a Nova Zelândia, o Canadá, a Argentina e os Estados Unidos são aliados históricos no enfrentamento ao protecionismo agrícola europeu. Será preciso trabalharmos nessa aliança diante da pandemia num mundo comercial em que o debate sobre sustentabilidade traz novos desafios.

COMENTÁRIOS



ALCEU MOREIRA DA SILVA

Deputado federal (MDB/RS) e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

Com relação à reforma tributária, precisamos saber se desejamos ou não realizá-la. Se sim, temos de construir consensos. Os pareceres jurídicos dos tributaristas possuem raciocínios distintos. Nesses nossos três mandatos no Congresso Nacional, vemos, pela primeira vez, uma proposta lógica, sem ilidir a possibilidade de fazermos tomadas de posição infraconstitucionais.

Agora, se anularmos a possibilidade de fazer movimentos de constitucionalização desse processo, postergaremos algo que levará muitos anos com remendo. Falamos dessa reforma há mais de três décadas. Há opiniões brilhantes. Busquemos, a partir das PECs nº 45 e nº 110, que permitem alíquotas flexíveis, a solução possível. Pode até ser de maneira intermediária, com as regulamentações sobre a forma da aplicabilidade do processo.

Há perguntas e respostas para serem feitas. As contribuições são bem-vindas. Esse emaranhado tributário atrofia a capacidade produtiva do Brasil; não permite que as empresas tenham dinâmica e facilidades de competitividade nacional e internacional.

O Congresso Nacional tem a obrigação de se debruçar sobre isso. Precisamos entregar para a sociedade uma reforma tributária qualificada e com segurança jurídica. Depois, embarcaremos na reforma administrativa, com menor tamanho do Estado, previsibilidade fiscal e capacidade de investir.

Falta foco na FPA para aprovar a reforma tributária, mas não aprovaremos nenhuma na direção de aumentar a carga tributária do agro. Queremos acabar com a informalidade, ampliar a base de contribuintes e reduzir as alíquotas das cobranças. Trabalharemos com as presidências da Câmara e do Senado.

Na questão de natureza ambiental tratada pela UE, vamos trabalhar com absoluta consciência de que não adianta mandar mensagens, dar opinião e fazer discurso reativo. Devemos encontrar soluções para o europeu ter conhecimento real da verdade pura e simples do Brasil.

Temos condições de exportar produtos com selo verde. Pecamos em demasia pela incipiência da nossa comunicação e imagem.

Todos os países fortalecerão suas eficiências na produção e no abastecimento alimentares. A Europa terá dificuldades de aumentar em larga escala a sua cadeia de produção de alimentos, pois não dispõe de área e tecnologia disponíveis para fazer uma ampliação significativa. Portanto, ela continuará sendo um grande mercado de consumo.

Precisamos perceber que vender para a Europa é uma grife, o que significa sermos admitidos em outros mercados do mundo, com produtos de valor agregado. O papel da diplomacia será fundamental. Teremos de estabelecer uma relação permanente entre os mais diversos setores com eficiência e longevidade.

O agro brasileiro está à disposição dos pontos de vista produtivo e comercial. Com a diplomacia e os empresários agroindustriais, poderemos estabelecer uma relação da maior qualidade possível. Os conteúdos de natureza ideológica daqueles que tentam vender a imagem pejorativa do Brasil não serão preponderantes na organização futura dessa estratégia.

ENCERRAMENTO



ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Esalq/USP

O Dr. Heleno Torres fez um comentário interessante sobre o CBio como um ativo financeiro emitido pelo produtor de biocombustível e negociado em bolsa de valores. Isso fomentará a produção e premiará os produtores para competir em condições justas no mercado de combustíveis.

Sublinhamos, também, algumas das suas questões colocadas. Primeiro, a reforma tributária tem que ser infraconstitucional. Segundo, é preciso reduzir a insegurança jurídica de qualquer forma. Terceiro – uma frase muito impressionante –, o sistema tributário tem o poder de destruir. Isso significa a necessidade imperiosa de trabalharmos junto ao Governo no Parlamento brasileiro.

O deputado Alceu Moreira, com a sua clareza meridiana, realçou três coisas fundamentais. Primeiro, a construção fundamental do consenso. Segundo, a proposta de isso acontecer de forma rápida, tendo em vista não haver mais tempo por meio da reforma. Esperamos que esse consenso acabe com a informalidade. Com isso, na tributação, conseguiremos diminuir a carga para os indivíduos e aumentar a arrecadação coletiva. Terceiro – uma afirmação da maior importância –, é necessário que a reforma administrativa venha depois da tributária.

De fato, há uma discussão grande em algumas áreas sobre a reforma tributária não funcionar sem a reforma administrativa. O motivo consiste no fato de que a reforma tributária representa sempre um fator de realimentação estatal.

O Dr. Helcio Honda trouxe um comentário interessante quando se referiu à questão da transição longa de dez anos para completar a reforma, apesar de o deputado Alceu Moreira rebater dizendo que não demorará mais de três anos, em média, para que as mudanças aconteçam.

Para o embaixador Marcos Galvão, deixamos dois registros especiais. Primeiro, o da sua fala relevante em termos de dados e informações acuradas. Os seus depoimentos devem ser analisados ponto a ponto. Esse material dará uma enorme quantidade de subsídios para trabalharmos na linha da sua proposta. Segundo, o de uma participação adequada do setor privado, e não apenas como fachada, chapa-branca.

Solicitamos que ele transcreva e mande esse conteúdo para nós. Na sua apresentação, anotamos dois pontos fundamentais:

- O fato de a União Europeia ser uma potência regulatória em termos globais, embora tenha certas dificuldades em implementar ações. O embaixador falou que o bloco é bom para fazer propostas, mas não é tão bom para implementá-las.

- A necessidade de revisão da PAC pela UE diante do Compromisso Verde, com metas de proteção ambiental e produção biológica para 2030. Isso nos traz grandes preocupações para trabalharmos com clareza.

Para terminar, fazemos um comentário pessoal do esforço para que o embaixador Marcos Galvão fosse o nosso chanceler. Com a sua visão universal e global, ele defende com vigor e sabe o seu papel a jogar pelo Brasil. Queremos vê-lo nessa posição. ■

NORMA REGULAMENTADORA Nº 31



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

EM OUTUBRO último, o governo federal, visando eliminar burocracias e propiciar um ambiente de negócios mais favorável à geração de empregos e oportunidades, lançou o Descomplica Trabalhista. No âmbito do programa, o Governo adotou, como uma das primeiras medidas, a assinatura da nova redação da Norma Regulamentadora (NR) nº 31, que trata de segurança e saúde do trabalho na agricultura, na pecuária, na silvicultura, na exploração florestal e na aquicultura.

Nesse contexto, é importante salientar que a FAESP, desde 2005, tem atuado fortemente no processo de revisão da referida NR, que sempre gerou insegurança ao setor rural, em decorrência das absurdas autuações que se valiam da aplicação indevida de outras NRs do setor urbano no campo.

Em 2019, integrando a bancada dos empregadores na Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), juntamente às demais entidades, ao Governo, aos trabalhadores e ao Ministério Público do Trabalho (MPT), a FAESP participou, na condição de observador, da constituição do Grupo de Trabalho (GT) responsável por esse processo de revisão da NR nº 31. Esse colegiado valeu-se de todo o histórico das discussões na Comissão Permanente Nacional Rural (CPNR) e foi extinto posteriormente no mesmo ano.

Ressalta-se que a nova redação alcançada no referido processo de revisão foi um consenso entre trabalhadores e empregadores na CTPP. Baseou-se em premissas como a harmonização, a simplificação e a desburocratização, sem impactos sobre a manutenção da segurança e da saúde do trabalhador.

Os principais destaques estruturais da nova redação da NR, que não devem deixar de garantir as condições adequadas ao trabalhador, são:

- redução e reestruturação dos capítulos – estes foram reestruturados para seguir a ordem das NRs urbanas, facilitando o entendimento por auditores, técnicos de segurança e médicos do trabalho;
- simplificação da linguagem para o produtor rural e os trabalhadores;
- aumento do número de itens – com o objetivo de proporcionar mais clareza e segurança jurídica;
- definição de que somente essa NR será aplicada nas propriedades rurais. Outras NRs só podem ser aplicadas se houver a remissão expressa.

Destacam-se, também, algumas importantes alterações de conteúdo:

- previsão de treinamento e capacitação na modalidade de educação a distância (EAD), com parte prática presencial e possibilidade de reaproveitamento dos treinamentos;
- armazenamento de defensivos, com redução da distância e possibilidade de utilização de armários;
- revisão do capítulo que trata das condições sanitárias e de conforto no trabalho rural – moradia com alojamento, hotéis como alojamento, desobrigações para o trabalho itinerante;
- novo programa de gerenciamento de risco no trabalho rural – substituição do PGSSMATR* (que sucede os antigos PPRA e PCMSO**) –, com mais responsabilidade, liberdade e segurança;
- definição de pausas – recorrente aplicação 90/10; agora, as definições serão por atividade;
- eliminação de exigências exclusivas para fabricantes de máquinas e equipamentos;
- ferramenta gratuita para criação do Programa de Gerenciamento de Risco (PGR), para até cinquenta trabalhadores – pensada para facilitar a vida do pequeno e do médio produtores.

A expectativa é de que a aplicação exclusiva da NR nº 31 no meio rural propicie segurança jurídica ao setor agro, proporcionando maior clareza ao empregador, ao trabalhador e ao auditor fiscal do trabalho sobre quais regras devem ser cumpridas, aplicadas e exigidas. Em consequência, haverá uma redução expressiva dos custos de produção, impulsionando o crescimento econômico e o emprego. ■

*Programa de Gestão em Segurança, Saúde e Meio Ambiente do Trabalho Rural

**Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

OTIMISTA POR NATUREZA



CHRISTIAN LOHBAUER
Presidente da CropLife Brasil

O OTIMISMO é um traço hereditário tanto quanto a inteligência, a altura e a cor dos olhos. Em um artigo publicado na revista Piauí um punhado de anos atrás, o economista André Lara Resende cita Daniel Kahneman, o psicólogo ganhador do Nobel de Economia em 2002: "O viés otimista, segundo Kahneman, o mais importante dos vieses cognitivos, está presente em todos nós. De certa forma, somos todos otimistas, mas alguns afortunados são mais otimistas do que a média. O otimista é alegre e animado, estimado por todos, persistente diante das dificuldades e resistente aos fracassos. Tem probabilidade reduzida de passar por depressões e o seu sistema imunológico é menos vulnerável".

Fazendo uma analogia com o agronegócio brasileiro, podemos dizer que o DNA otimista do setor é inerente ao seu nascimento e à sua trajetória, característica que acaba de ser reforçada com a divulgação do Índice de Confiança do Agronegócio (IC Agro) do terceiro trimestre de 2020. Pesquisado pela AGROCONSULT e divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e pela CropLife Brasil, o IC Agro fechou esse terceiro trimestre em 127,0 pontos. Trata-se do melhor resultado já alcançado desde o início da série histórica, em 2013. São 15,3 pontos acima do levantamento feito no segundo trimestre. De acordo com a metodologia do estudo, índices acima de cem pontos situam-se na faixa considerada otimista – resultados inferiores a isso denotam pessimismo.

O DESÂNIMO FICOU PARA TRÁS

Como explicar esse resultado do Índice num ano conturbado como este, marcado por uma pandemia? Alguns aspectos específicos do setor agrícola, como os preços de soja, milho, açúcar, café e outros produtos, contribuíram para a alta. A recuperação das expectativas para a economia brasileira também. Em setembro, quando foram realizadas as entrevistas para o IC Agro, crescia a percepção de que os problemas causados pela COVID-19 no País estavam sendo superados – isso depois de dois trimestres consecutivos de desânimo.

O IC Agro da indústria de insumos agropecuários (antes da porteira) fechou em 122,0 pontos, uma alta de 20,4 pontos em relação ao trimestre anterior e de 35,8 pontos levando-se em conta o resultado de 86,2 pontos no primeiro trimestre deste ano. Saiu-se de uma faixa moderada para um patamar marcadamente otimista.

A taxa de câmbio continua alta, o que pode ser um problema para os planos das empresas do segmento em 2021. O aumento dos preços dos produtos agrícolas, no entanto, levou as relações de troca por insumos aos melhores patamares para os produtores rurais, estimulando a negociação antecipada de fertilizantes e parte dos defensivos não só para a safra atual, como também para a próxima temporada.

ESPERANÇA NO FUTURO

Não foram somente os índices do agronegócio e das empresas de insumos que registraram alta. A indústria depois da porteira, o produtor agrícola, o produtor pecuário e o produtor agropecuário também. Trata-se de um sinal de que o otimismo é uma força propulsora do trabalho árduo e dos progressos alcançados pelo agronegócio nas cinco décadas mais recentes.

Curioso é que o termo "otimismo", cunhado no início do século XVII, não tinha originalmente o sentido de uma visão esperançosa de futuro; significava quase o oposto: o mundo, criado por um deus benevolente, era o melhor dos mundos possíveis e, portanto, não poderia ser melhorado.

Parafraseando André Lara Resende no seu artigo citado no início deste texto, a esperança de que as coisas vão melhorar, de que os desafios podem ser superados e de que é possível ir em frente é fundamental para a "saúde" do agro. ■



Os três Cs que podem reduzir resultados da safra de verão são: clima, câmbio e China.

DIÁRIO DE BORDO

OS "DIVERSOS" TRÊS CS

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

ESTÁ TERMINANDO o plantio da safra de verão em todo o País.

Capitalizados com dois anos sucessivos de boas colheitas – especialmente em 2020, com preços espetaculares de grãos e de carnes –, os produtores rurais profissionais investiram em melhorias de gestão e, também, fizeram um plantio com alto padrão tecnológico, reduzindo os riscos de perdas ao longo do ano agrícola. Ficam, então, evidentes os três Cs positivos deste ano: capitalização, controles (gestão) e ciência (tecnologias). E os produtores acrescentaram outros três Cs ao plantio de verão, porque o fizeram com: competência, confiança e coragem.

Os produtores aumentaram a área plantada e apostaram forte no mercado para 2021, tendo, inclusive, vendido boa parte das colheitas projetadas para soja e milho, até mesmo para 2022.

No entanto, na atividade rural, os mais velhos sempre cercam-se de cuidados para evitar surpresas. Nesse sentido, eles estão olhando os três Cs que podem reduzir resultados.

O primeiro dessa última trinca de Cs é o clima. Ainda é cedo para dizer como será o comportamento dele nessa estação, mas as chuvas andaram atrasando-se em várias regiões, o que, talvez, quebre a produtividade da safra de verão e encurte a janela da segunda safra de milho. Nada disso é certo e, se acontecer, pode trazer preços ainda melhores.

Já o segundo C é o câmbio. Em 2020, colhemos uma boa safra, com um dólar mais caro do que plantamos em 2019. E, agora, estamos plantando com um dólar valorizado, sem a mínima ideia de como estará a moeda durante a comercialização da safra em 2021. Há quem aposte num dólar abaixo de R$ 5 nessa ocasião. Não é um número favorável, mas isso é incerto. Vale sempre lembrar a famosa frase do ministro Mário Simonsen: "juro aleija, mas câmbio mata". Fica a conferir.

Por fim, o terceiro C de incertezas é a China, o nosso maior mercado atual. Ela demandará grãos por mais algum tempo. A dúvida está em como vai se comportar o novo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, em relação ao gigante asiático. Se as relações comerciais entre os dois grandes países se acomodarem, pode ocorrer uma diminuição do mercado chinês para nós.

O que se aprende em agricultura é que nunca um ano é igual ao anterior, e isso vai gerando uma experiência acumulada que determina o quanto de "barba de molho" devemos ter em cada novo plantio. Oxalá esses três Cs funcionem favoravelmente para os produtores. Uma soma deles do lado negativo é sempre muito inconveniente.

Há um outro conjunto de três Cs para avaliar rapidamente, que é representado por culturas permanentes e semipermanentes: cana-de-açúcar, café e citricultura, todas superimportantes na geração de empregos. A seca ao longo de 2020 afetou a produtividade da cana, que, em alguns locais, caiu 10%, o que só não foi pior porque a riqueza em açúcar e os bons preços internacionais compensaram a quebra de produtividade. Mas a má brotação da soqueira pode impactar safras futuras.

As perspectivas para a produtividade de café e laranja, por sua vez, ainda são incertas, porque a seca e o calor intenso de outubro nas regiões produtoras prejudicaram as floradas, de modo que o clima e o câmbio terão influência nos resultados econômicos do ano que vem.

Feliz Natal e Próspero Ano Novo a todos os produtores rurais do Brasil! ■

PRODUZIR

O LUCRO DO BOI É O PASSAPORTE PARA A PRESERVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO

MAURO LÚCIO COSTA
Pecuarista e referência em pecuária sustentável



MUITO JÁ se tentou, mas apenas a pecuária lucrativa será responsável por frear o desmatamento na região amazônica. Como consequência, a atividade irá trazer, também, o desenvolvimento econômico para a região. Esse é o caminho que precisa ser potencializado para a defesa desse bioma e, também, da imagem do agronegócio.

Falar que a pecuária é a solução para a área amazônica parece conversa da década de 1970, quando a política de atração tinha por objetivo povoar o território com vantagens de terra e de crédito. Em comum no passado e nos dias atuais, temos o boi como mola propulsora para a revolução, porém, desta vez, há uma diferença extremamente importante: a nossa *expertise* para produção em área já aberta ou antropizada.

Antes, no tempo do meu pai, tinha-se a ideia ou a impressão do que deveria ser feito, como também a expectativa de possíveis resultados. Hoje, temos a informação técnica exata para guiar a gestão produtiva, principalmente, pelo acúmulo de dados da região.

Com o correto manejo das pastagens e dos animais, conseguimos produzir em torno de 40,0 arrobas de carne por hectare ao ano – quase dez vezes a média nacional, que é de 4,3 arrobas por hectare ao ano. Portanto, a receita é encarar o capim como uma cultura e capacitar as pessoas para a correta gestão, tornando-as conscientes de que precisam ter a floresta como aliada, uma vez que o nosso negócio depende do clima, do solo e da biodiversidade.

Se a era da gestão entrou definitivamente na pecuária, a região amazônica clama, mais do que nunca, por esse posicionamento com urgência, principalmente para os pequenos e os médios pecuaristas, que carecem de ferramentas e motivação para ter lucro.

Digo isso porque a lucratividade é a chave para a legalidade. Essa é a nossa máxima, pois quem tem retorno financeiro com o que produz em áreas já abertas não precisa buscar alternativas ilícitas de ganho econômico.

Se, por um lado, temos o povo com o boi na mão, pois a pecuária é praticada em todos os municípios; por outro lado, infelizmente, as pessoas não têm acesso às tecnologias adequadas e não avançam. Portanto, é preciso acreditar na importância de levar o conhecimento a esses pequenos produtores. Eles serão os guardiões locais da Floresta Amazônica e, também, da imagem do agronegócio brasileiro como um todo. São essas pessoas que precisam de atenção, pois estão tanto na fronteira entre a área aberta e a floresta, como na fronteira entre continuar no desconhecimento e ser fortalecidas pela capacitação produtiva.

Somada a isso, a preservação é a nossa poupança, pois, em médio e longo prazos, sabemos que esses 80% de área – que muitos acreditam ser um fardo em sua escritura – serão valorizados economicamente. É uma demanda já reconhecida pelo consumidor.

Por mais surpreendente que pareça, a solução para a preservação da Amazônia vem da própria pecuária, porém com uma nova postura: a atividade precisará ser atualizada e capacitada, ter a sua gestão ajustada, estabelecer metas e ficar atenta às práticas adequadas para a sua realidade. Esse é o nosso caminho a partir de agora. ■

"...apenas a pecuária lucrativa será responsável por frear o desmatamento na região amazônica."



OPINIÃO

UM PRÓSPERO 2021 PARA O AGRO

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA

Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

CHEGA AO fim um dos anos mais desafiadores das últimas décadas. Mas, quando olhamos para tudo o que já foi superado, percebemos que o agronegócio não só resistiu muito bem a todos os impactos, como encerra o ano em expansão. Batemos recordes de produção e exportação, puxados pela crescente demanda global de alimentos – só a Ásia comprou quase 50% das nossas exportações no primeiro quadrimestre.

Somos o país com a maior área protegida, além de um dos maiores do mundo na produção de alimentos. Para mantermos tais posições, temos de administrar esses dois ativos, alocando recursos humanos, financeiros, diplomáticos, governamentais e empresariais compatíveis.

É no agro que reside a esperança e, ao mesmo tempo, o temor dos povos quanto ao futuro da presença humana na Terra. Partindo desse ponto, a nossa preocupação deve ser em como produzir de maneira sustentável e sustentada a quantidade de alimentos que o mundo precisa sem que haja fissuras no tecido social e tampouco perdas ambientais irreparáveis.

E estamos indo bem nesse caminho. O Brasil detém um dos Códigos Florestais mais rígidos do mundo e, também, um dos mais modernos. Trata-se de um acordo baseado nos princípios democráticos, que reconhece os desafios vencidos na construção do País.

Na área de inovação, o Brasil desenvolveu um modelo baseado em tecnologias tropicais que conciliam o aumento da produtividade e a mitigação das emissões de carbono. A agricultura conta com ferramentas capazes de reduzir as emissões que ela mesma produz, como a utilização do Sistema Plantio Direto (SPD), o reflorestamento, a recuperação de pastagens, a integração lavoura-pecuária-floresta, a utilização da fixação biológica de nitrogênio, o tratamento de dejetos animais e muitos outros.

No que diz respeito à energia, diversas são as iniciativas que visam à produção com baixa emissão de carbono, com destaque para o etanol e o biodiesel. Entre março de 2003 – quando foi lançada a tecnologia *flex* – e maio de 2020, o consumo de etanol evitou a emissão de mais de 515 milhões de toneladas de CO_2, o que equivale às emissões anuais somadas de Argentina, Venezuela, Chile, Colômbia, Uruguai e Paraguai. Temos o maior programa de combustível líquido renovável do mundo.

Outro ponto importante que precisa ser cada vez mais difundido é que o Brasil é um dos mercados com maior potencial de crescimento para títulos verdes no setor agrícola, os chamados "*green bonds*". Somos o segundo maior mercado da América Latina e Caribe, representando 30,5% do volume emitido na região (US$ 5,9 bilhões em recursos).

Para 2021, temos de continuar a nossa importante e próspera trajetória em um mundo que exige cada vez mais sanidade e sustentabilidade. Garantiremos o abastecimento dos 212 milhões de brasileiros e continuaremos a conquistar mercados e superar os nossos próprios recordes. Na posição de um dos mais importantes *players* mundiais, não podemos ter medo de ocupar o espaço que nos cabe, nem de entender o tamanho dessa responsabilidade. É a nossa obrigação fazer isso de maneira planejada e negociada. Que venha mais um ano próspero para o nosso agronegócio! ■

Em 2020, o Brasil bateu recorde de produção e exportação. A Ásia foi o destino de quase 50% das nossas exportações no primeiro quadrimestre.

REFLEXÃO

NOVOS TEMPOS, MUITOS APRENDIZADOS



MARCELLO BRITO

Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

CHEGA AO fim um dos anos mais desafiadores que a humanidade já viveu neste século. Mais de 160 mil vidas foram ceifadas no Brasil com a pandemia do novo coronavírus, e houve um total de 1,3 milhão de mortes no mundo. Como todos os desafios sempre carregam muitos ensinamentos, 2020 não poderia ser diferente. Nada será como antes: a pandemia deu início a um processo de desconforto coletivo que nos obriga a deixar o comodismo de lado e nos põe em estado de alerta.

O mundo passa por uma profunda transformação, e precisamos nos adaptar. Essa transformação vai muito além dos hábitos de higiene, passando pelo comportamento e pelo entendimento de tudo o que nos rodeia, incluindo os campos da política, da economia, da sustentabilidade e da nossa vivência em sociedade.

A vitória de Joe Biden na corrida pela presidência dos Estados Unidos (EUA) trouxe, num primeiro momento, apreensão ao Brasil, mas, analisando com cautela, temos muito mais a ganhar do que a perder com essa mudança. O isolacionismo e o radicalismo nunca foram e nunca serão formas positivas de governar. Com Biden, os EUA voltarão à Organização Mundial do Comércio (OMC) e ao Acordo do Clima de Paris, e as tensões com a China devem diminuir.

E como ficamos com essa aproximação entre a China e os EUA? O Brasil tem um ativo importantíssimo para a geopolítica internacional: os alimentos. Independentemente dos acordos entre outros países, seremos um importante parceiro comercial para a China e para todos os outros países que precisarem adquirir os nossos produtos. Para isso, basta que façamos a nossa lição de casa. Continuaremos, então, ganhando novos mercados ao invés de perder os já conquistados.

O retorno dos EUA ao Acordo do Clima significa a retomada da agenda das energias limpas, e o Brasil destaca-se na produção de biocombustíveis, bioeletricidade e energias eólica e solar. Economia de baixo carbono é o nosso diferencial no agronegócio, com um sistema produtivo integrado. Temos integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), e as nossas florestas plantadas também contam pontos importantes nesse jogo. Não temos o que temer com a contagem de carbono.

Já com relação à Amazônia, o trabalho ainda é árduo. Na reta final da campanha, Biden afirmou que poderia liderar uma ação global em defesa da Amazônia. Acenou com um fundo na ordem de US$ 20 bilhões para ajudar o Brasil a reforçar os seus mecanismos de defesa da Floresta. Será que vamos recusar essa oferta como fizemos com os recursos vindos da Europa? A luta contra o desmatamento ilegal e criminoso da Amazônia é uma tarefa urgente do Governo e, também, é uma tarefa urgente do agronegócio nacional e da sociedade. Se pudermos ter ajuda da Europa e dos EUA para essa empreitada, ótimo. Mantendo o bioma amazônico preservado, todos os argumentos e as barreiras comerciais de muitos mercados mundo afora serão dissipados.

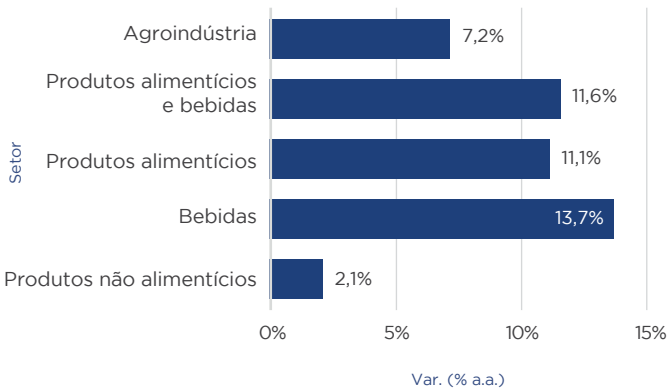
Biden será o oposto da postura agressiva e de confronto de Donald Trump e mudará o rumo das relações internacionais. Vai depender de o Brasil ter disposição para o diálogo e da sua capacidade diplomática de construir pontes, alinhando o País às mudanças recentes na maior economia do mundo e aos seus interesses comerciais. É hora de se adaptar, de aprender e de mudar. ■

"[Biden] Acenou com um fundo na ordem de US$ 20 bilhões para ajudar o Brasil a reforçar os seus mecanismos de defesa da Floresta [Amazônica]."

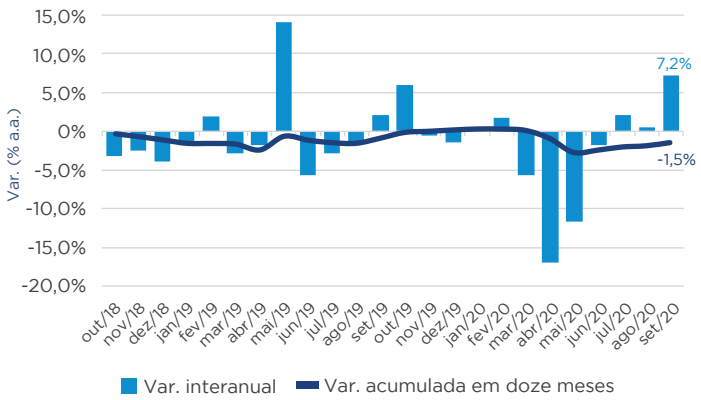
ÍNDICE DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL (PIMAGRO)

REFERÊNCIA: SETEMBRO DE 2020

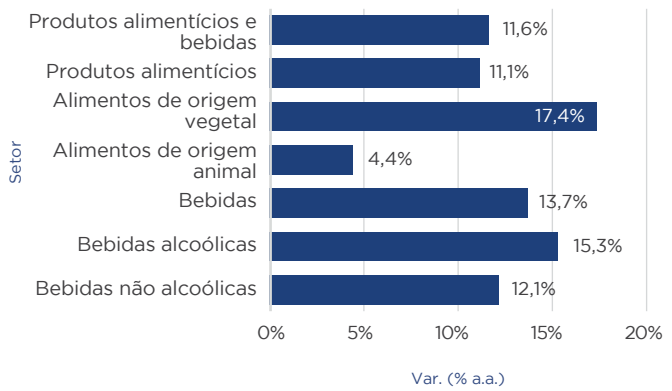
AGROINDÚSTRIA E PRINCIPAIS SETORES: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM SETEMBRO DE 2020



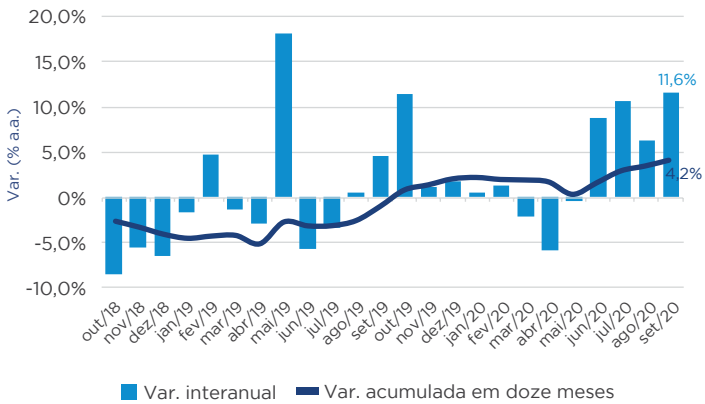
AGROINDÚSTRIA: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



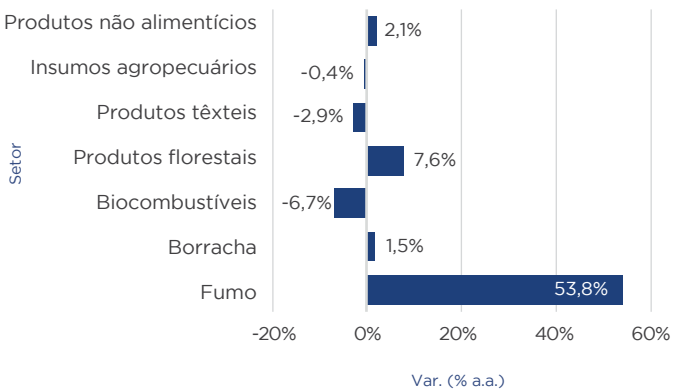
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM SETEMBRO DE 2020



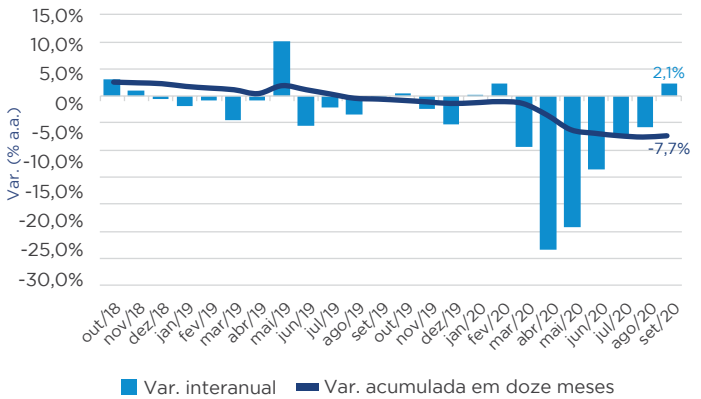
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM SETEMBRO DE 2020



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal/IBGE; elaboração: FGV Agro


3AW
MESTRADO
PROFISSIONAL EM
AGRONEGÓCIO
ÚNICO MESTRADO PROFISSIONAL DO SETOR NO BRASIL.
PRINCIPAIS TENDÊNCIAS EM SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS E DE INFRAESTRUTURA.
VISÃO ESTRATÉGICA SOBRE POLÍTICAS AGRÍCOLAS E SUSTENTABILIDADE.
CAPACITAÇÃO PARA CARGOS DE GESTÃO E LIDERANÇA.
Saiba mais em
www.eesp.fgv.br/
FGV EESP



abag
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DO AGRONEGÓCIO